



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

INARA MARIA MONTEIRO DA PAIXÃO

**CAMPO EM MOVIMENTO: AS CONQUISTAS EDUCACIONAIS DO
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II SOB A ÓTICA DAS MULHERES**

CASTANHAL/PA
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

INARA MARIA MONTEIRO DA PAIXÃO

**CAMPO EM MOVIMENTO: AS CONQUISTAS EDUCACIONAIS DO
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II SOB A ÓTICA DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Carlos Renilton Freitas Cruz

CASTANHAL/PA
2017

INARA MARIA MONTEIRO DA PAIXÃO

**CAMPO EM MOVIMENTO: AS CONQUISTAS EDUCACIONAIS DO
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II SOB A ÓTICA DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Prof^o. Dr^o. Carlos Renilton Freitas Cruz.

Autora: Inara Maria Monteiro da Paixão

Orientador: Prof^o. Dr^o. Carlos Renilton Freitas Cruz

Banca examinadora:

Prof^o. Doutor Carlos Renilton Freitas Cruz
Orientador

Prof^a. Doutora Lilian Silva de Sales
Examinadora

Prof^o. Mestre Marcelo de Almeida Ferreira
Examinador

Conceito: _____

Castanhal: _____ de _____ de 2017

Dedico este trabalho, a todas as mulheres que mostram ser possível ser mulher, mãe, militante, trabalhadora, estudante, feliz e tudo mais que quiser, em especial as mulheres do Assentamento João Batista II que não aceitam nenhum direito a menos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem a presença Dele em minha vida nada seria possível, nos momentos de fraqueza Ele foi minha fortaleza.

Aos meus pais, Nazaré Aldenora Rodrigues Monteiro e Narcisio Monteiro da Paixão, pois são os pilares do meu viver e jamais se limitaram, mesmo diante das dificuldades e distância, em contribuir de forma direta e indireta em minha formação.

Aos meus irmãos, Nelson Monteiro da Paixão e Narcisio Monteiro da Paixão, e irmã Nayanna Maria Monteiro da Paixão, pois sempre se fizeram presentes em minha vida e acreditaram em minha capacidade.

Ao companheiro de minha mãe, Vanilson do Carmo Botelho, pela contribuição neste sonho que se tornou realidade.

Aos meus tios, Antônio Pinheiro da Silva Neto e Clessius Silva, e tias Josiane Monteiro da Paixão e Lucilene Monteiro da Paixão, pelo apoio e companheirismo durante a minha formação, serei eternamente grata.

A minha amiga-irmã, Juliana Rafaela Pinheiro Pereira, pelo companheirismo e diálogos valiosos em minha caminhada pessoal e acadêmica.

Aos professores da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, pela contribuição no meu processo de formação.

Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) Subprojeto Pedagogia Castanhal e seus coordenadores Carlos Renilton Freitas Cruz e João Batista Santiago Ramos e coordenadora Eula Regina Lima Nascimento, pela contribuição em minha formação humana através de um novo olhar sobre a Educação do Campo.

A todas e todos bolsistas do PIBID, pelos momentos de aprendizagem coletiva, pelo companheirismo e dedicação daqueles que lutam por uma educação do campo de qualidade e respeito.

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Renilton, pela paciência e confiança depositada em mim, além das enriquecedoras e esclarecedoras orientações.

As minhas colegas e meus colegas da turma pedagogia 2012 noturno, em especial minhas amigas Keila Duarte, Erika Miranda, Elcilene de Sá, Patricia Pessoa, Carla Brito, Ingrid Pensador e Nivia Suelem, pelos momentos que caminhamos juntas que envolveram aflições, risadas, tristezas, aprendizados e crescimento.

Ao meu amigo e companheiro Luiz Claudio S. de Castilho Junior, por está ao meu lado nos momentos de dificuldade e alegria, bem como na construção deste trabalho.

As mulheres do Assentamento João Batista II, pela recepção e contribuição neste estudo e por me mostrarem que é somente através da luta que é possível conquistar espaços.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

PAULO FREIRE

RESUMO

O presente trabalho compreende-se na temática da Educação do Campo, a qual sua delimitação se deu no espaço do Assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal-Pa, onde se investigou sobre os protagonismos das mulheres nas conquistas educacionais do referido local, tendo em vista ser indispensável pesquisar sobre a realidade de mulheres que foram historicamente invisibilizadas, ressaltando suas vivências e conquistas tendo como finalidade obter novas aprendizagens. No estudo primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sendo esta a base teórica do estudo, onde auxiliou no decorrer da análise dos dados, estes que foram coletados através da observação e entrevista com as mulheres lideranças do assentamento. Os resultados apontam para o significativo papel desempenhado pela militância das mulheres na organização e concretização da escola Roberto Remigi, pois as mesmas participaram de forma efetiva nesta conquista. Cabe ressaltar a educação como um importante meio para o processo de emancipação dos sujeitos, visto que no decorrer da consolidação da educação no interior do assentamento, é necessário, destacar que as mulheres revelam seu protagonismo em todas as lutas históricas do MST, sobretudo no que tange a educação.

Palavras Chave: MST; Educação do Campo; Protagonismo da Mulher.

ABSTRACTE

This study is part of the field education, which was delimited in the area of the settlement João Batista II, located in the municipality of Castanhal-Pa, it is investigated the role of women in the educational achievements of the site, considering that it is indispensable to research on the reality of women who were historically invisible, highlighting their experiences and achievements in order to obtain new learning. In the study, a bibliographical research was carried out. This was the theoretical basis of the study, where it assisted in the analysis of the data, which were collected through observation and interview with the women leaders of the settlement. The results point to the significant role played by women 's militancy in the organization and implementation of the Roberto Remigi school, since they participated effectively in this achievement. It is important to emphasize education as an important means for the emancipation process of the individuals, since in the course of consolidating education within the settlement, it is necessary to emphasize that women reveal their protagonism in all the historical struggles of the MST, education.

Keywords: MST; Field Education Women's; Protagonism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CFEMEA: Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CNDM: Conselho Nacional da Condição da Mulher

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

MM: Marcha das Margaridas

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONU: Organização das Nações Unidas

PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

SEMED: Secretaria Municipal de Educação

UFPA: Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	13
1.1 Abordagem: Qualitativa.....	14
1.2 Método de Investigação: Estudo de Caso.....	15
1.3 Técnica de coleta dos dados: Entrevista e Observação.....	16
1.4 A construção e tratamento da informação: Análise de Conteúdo.....	20
CAPÍTULO II - MST E EDUCAÇÃO: UMA PAUTA HISTÓRICA.....	21
2.1 O Movimento Social como Agente Pedagógico.....	21
2.2 Histórico do MST.....	25
2.3 Cultura Camponesa.....	27
CAPÍTULO III - MULHERES EM MOVIMENTO.....	29
3.1 As Mulheres na luta: conquistas e desafios.....	29
3.2 Protagonismo das Mulheres no Campo.....	33
CAPÍTULO IV - CAMPO EM MOVIMENTO: O CASO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	37
4.1 Importância do MST na formação de sujeitos conscientes.....	37
4.2 Educação do campo	40
4.3 O Empoderamento feminino.....	44
4.4 Organização Política das mulheres.....	46
4.5 Mulher e educação.....	49
4.6 “Hoje mulher é a vida desse assentamento”: Protagonismo da “Mulherada” na Conquista da escola Roberto Remigi.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS.....	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende-se na temática da Educação do Campo, a qual sua delimitação se deu no espaço do Assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal-Pa, onde se investigou sobre os protagonismos das mulheres nas conquistas educacionais do referido local.

Os movimentos sociais do campo são formados por sujeitos que agem em coletivo, os mesmos vêm se organizando ao longo da história, como um lugar de conhecimento e (re)conhecimento dos saberes, cultura e dos seus direitos, deste modo encontra-se em constante movimento, como enfatiza Caldart (2003, p. 61) “O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos”.

Um dos movimentos sociais que vem colocando o campo em movimento é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio da sua infatigável luta no intuito da realização da reforma agrária no Brasil. Esta é uma das suas principais pautas, pois de acordo com Fernandes (2008, p. 76) “Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato”. Vale ressaltar que o Movimento também tem na educação uma importante ferramenta na construção de uma sociedade mais igualitária.

O MST é constituído por famílias que se inserem na luta pela terra, homens e mulheres estão presentes nesse movimento desde o início, nos acampamentos e espaços de luta, porém, isso não foi e não é suficiente para garantir uma participação igualitária entre os sexos, espaços e direções, devido ao processo de construção social que está pautado em um sistema patriarcal de dominação masculina, desta maneira só aumenta a desigualdade social entre homens e mulheres e a intensificação da exploração sobre a mulher. Destarte, obedece a lógica do sistema do capital articulando exploração do trabalho com dominação ideológica (GONÇALVES, 2005).

Sendo assim a participação dessas mulheres é evidente nos movimentos sociais do campo, ela se torna protagonista na luta de gênero e no espaço da luta pela terra, transgredindo sua invisibilidade social e política construída ao longo da história.

Historicamente a mulher tem sido considerada como inferior ao homem, seja pela genética, religião ou questões sociais. Desta forma, a figura feminina foi desvalorizada, porém

na atualidade, através de sua organização e movimento, as lutas apresentam-se mais intensas no intuito de abrandar tal realidade, esta que tem sido transformada gradativamente, visto as conquistas das mulheres em diferentes espaços da sociedade, antes destinados apenas aos homens, além da luta por valorização e reconhecimento destas. Neste contexto é relevante falar do protagonismo das mulheres do assentamento João Batista II nas conquistas educacionais do mesmo. A escolha deste local se deu pela minha vivência no cotidiano dessas mulheres.

As experiências vivenciadas nessa localidade iniciaram-se no ano de 2015 a 2016 quando iniciei como bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência Sub-Projeto Pedagogia (PIBID) que tem como enfoque a Educação do Campo. Este programa disponibiliza para alunos do curso de graduação bolsas no intuito de estimular o desenvolvimento de trabalhos educativos em escolas públicas por meio do Ministério da Educação, objetivando originar um vínculo entre os acadêmicos e a prática docente em sala de aula. Durante esse período realizamos atividades em várias escolas públicas da zona rural sendo nos seguintes municípios: São Francisco do Pará, Castanhal, Igarapé-açu e São Domingos do Capim, tendo como principal objetivo as vivências e experiências pedagógicas organizadas e influenciadas pelo contexto local no qual a escola está inserida.

A vivência no Assentamento me levou a diversas constatações acerca do protagonismo das mulheres nas conquistas do referido local em destaque as educacionais, observou-se a maneira significativa que elas contribuem não apenas na luta pela terra, mas também na luta por uma educação de qualidade, visto que elas têm consciência que isto é um direito negado historicamente, pois muitas foram formadas no MST, este que visa a formação humana e política dos sujeitos. Elas se organizam em busca de melhorias para o assentamento e suas reivindicações particulares enquanto categoria de mulher.

Diante deste contexto observamos a relevância deste estudo para a sociedade e a academia, no momento em que se busca a desconstrução de conceitos enraizados no meio social e que conseqüentemente contribui de forma significativa também para formação enquanto pessoa diante das grandes diferenças de gênero existentes na sociedade e as diversas formas de opressão que são geradas em nosso dia a dia, ocasionando a invisibilidade das mulheres, diante disso levamos em consideração que estamos em constante construção, pois nos transformamos a partir de novas vivências.

Assim, perante este cenário surgiu a seguinte problemática: Qual o protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do Assentamento João Batista II?

É indispensável pesquisar sobre a realidade de mulheres que foram historicamente invisibilizadas, ressaltando suas vivências e conquistas tendo como finalidade obter novas aprendizagens. Deste modo se faz necessário caminhar no intuito de alcançar possíveis respostas à essa problemática, visto que toda investigação parti de um problema, dúvida ou pergunta, combinadas a conhecimentos prévios (MINAYO, 2001).

Portanto, este estudo trouxe como objetivo geral analisar o protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do assentamento João Batista II.

Como objetivos específicos temos os seguintes: I). Analisar a relação entre movimentos sociais e educação; II). Compreender as relações de gênero no interior do Assentamento João Batista II; III). Identificar as conquistas educacionais das mulheres no Assentamento João Batista II.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. Sendo o primeiro capítulo uma descrição dos procedimentos metodológicos empregados no referido trabalho, onde se inclui a base teórica, esta que auxiliou no discorrer com os dados coletados; o método de investigação; os instrumentos de coletas dos dados; e o modelo de análise dos dados.

No segundo capítulo realizou-se uma discussão sobre os movimentos sociais e seus elementos educativos, com enfoque no MST, além de enfatizar a figura feminina neste movimento, suas lutas e conquistas.

No terceiro capítulo foram abordados os movimentos de luta que as mulheres realizaram ao longo dos anos em busca de direitos negados, assim como seus protagonismos nas lutas do campo.

No quarto e último capítulo foi realizada a análise dos resultados dos dados obtidos no local da pesquisa, onde abrangeu o protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do assentamento João Batista II, discorrerá sobre seus aspectos gerais, bem como histórico do referido local, e as conquistas realizadas pela “mulherada”¹.

CAPÍTULO I - PROCEDIMENTO METOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos são os percursos percorridos na realização de uma pesquisa, é o caminho do pensamento e as técnicas desempenhadas no enfoque da realidade (MINAYO, 2001). Deste modo, o presente estudo visou abordar os protagonismos das

¹ Expressão muito utilizada pelas mulheres do Assentamento João Batista II, quando se referem aos sujeitos que participaram, e participam, ativamente nas lutas por melhores condições de vida e uma educação de qualidade.

mulheres nas conquistas educacionais do Assentamento João Batista II. No intuito de enfrentar o tema que norteia este trabalho, segue abaixo os procedimentos realizados na construção deste.

1.1. Abordagem: Qualitativa

A presente pesquisa se enquadra em uma abordagem qualitativa, visto que, de acordo com Minayo (2001), nas ciências sociais esse tipo de pesquisa se atenta para uma realidade não quantificável, visto que ela não objetiva saber a quantidade de vezes que se repete uma variável e sim como as ocorrências, os fatos acontecem, onde a mesma se remete a assuntos extremamente reservados, ou seja:

Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

De acordo com Liebscher (1998), esse tipo de abordagem se faz necessário porque o fenômeno pesquisado é complexo, tem uma natureza social e não pode ser traduzidos em números. Ela se concentra em assimilar as particularidades dos fenômenos em estudo, se aprofundando no mundo constituído das práticas e relações humanas, um movimento que não consegue ser compreendido estatisticamente (MINAYO, 2001).

A abordagem qualitativa possui algumas características próprias, esta técnica ocorre em ambiente natural, sendo este a fonte direta dos dados, visto que o fato estudado é compreendido somente com a observação da situação ocorrida, devido o mesmo sofrer ação direta deste ambiente. Nesta abordagem o pesquisador é instrumento chave do processo (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Deste modo, o objetivo principal desta técnica é a interpretação do fato, objeto da pesquisa (GODOY, 1995).

Uma das dificuldades mais graves referente a este tipo de abordagem segundo Neves (1996) se dá porque as técnicas para análise dos dados não são instituídos de forma precisa, diferente do que acontece com a quantitativa. Outros problemas são os trabalhos a mais na coleta e análise dos dados, e na hora de transcrever as gravações acarretando muito tempo (MILES, 1979).

Entretanto, a vantagem da pesquisa qualitativa se dá através da importância das ocorrências, visto que as mesmas podem ser alcançadas por meio de diversas fontes, a saber,

entrevistas, observações, entre outras, possibilitando ao pesquisador adentrar nas complexidades dos fenômenos em estudo, ao contrário da quantitativa que tenta explicar os problemas em estudo através das variáveis, onde na maioria das vezes não possuem a capacidade de ser analisadas com instrumentos estatísticos (NEVES, 1996).

Diante dessas vantagens é que a pesquisa qualitativa foi utilizada neste estudo, pois me permitiu adentrar na realidade das mulheres do assentamento João Batista II, visando uma maior compreensão das suas lutas e conquistas, bem como elucidar o caminho percorrido pelas mesmas.

1.2. Método de Investigação: Estudo de Caso

O método de investigação utilizado na composição deste trabalho foi o Estudo de Caso, devido ser um estudo que reuni informações detalhadas sobre um determinado fato, que tem como objetivo compreender a dinâmica de situações reais, abrangendo um estudo “profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo” (GIL, 2008, p. 57), bem como permitir adentrar num fenômeno social (MARTINS, 2008). Assim, o estudo foi realizado com as mulheres do Assentamento João Batista II, com o objetivo de analisar os seus protagonismos nas conquistas educacionais do referido local.

O estudo de caso de acordo com Yin (2001) possui uma estratégia que objetiva responder a duas questões fundamentais tais: "como" e "por que", certos fenômenos acontecem, principalmente no momento que o investigador possui insuficiente controle a respeito dos fatos, sobretudo quando o foco se encontra em situação real.

Segundo Gil (2008), o estudo de caso é o mais utilizado pelos pesquisadores sociais, pois enquadra-se em distintas finalidades, como por exemplo:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (Gil, 2008, p. 58).

Yin (2001) ressalta que a escolha desses tipos de estudos de casos não muda a importância e o cuidado quando realizá-los no intuito superar as habituais críticas existentes ao método. O autor destaca que as principais críticas são: falta de rigor; pouca base para generalizações; e consomem muito tempo (YIN, 2005). Sammartino (2002), porém assegura

que obliquidades não acontecem somente com os estudos de casos, visto que distorções são temeridades prováveis em outros métodos de investigação.

Yin (2005) pondera que embora haja limitações enquanto ao uso deste método, ele é o mais apropriado, pois busca conhecer e compreender a fundo os fenômenos em estudo. Deste modo, o estudo de caso é categórico quando satisfaz todas as categorias no intuito de avaliar a teoria, é raro, extremo e revelador, se o pesquisador seguir todos seus procedimentos.

1.3. Técnica de coleta dos dados: Entrevista e Observação

A coleta de dados se deu através de duas técnicas, a observação e entrevista, com escopo de alcançar informações à pesquisa para posterior análise. Dentre os elementos coletados temos como foco principal a relação da mulher assentada com a educação dentro do assentamento. Os focos secundários da pesquisa serão na interação da mulher com os movimentos sociais, em destaque o MST, e o sistema hierárquico presente ou não na comunidade que objetivam relacionar os saberes tradicionais das mulheres com o conhecimento científico.

Para isto na construção do roteiro de perguntas tivemos como foco as seguintes categorias essenciais da pesquisa: 1) A relação entre movimentos sociais e educação; 2) As relações de gênero no interior do Assentamento João Batista II; 3) As conquistas educacionais das mulheres no Assentamento João Batista II, que tem como objetivo analisar o protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do assentamento João Batista II, a partir de uma abordagem histórica, social e educacional.

A observação segundo Gil (2008), é um elemento muito importante na realização de uma pesquisa, visto que está presente em todos os momentos de sua construção, na formulação do problema, construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, entretanto se torna mais aparente na etapa da coleta dos dados, nesse momento ela pode ser combinada a outros procedimentos ou empregada de maneira exclusiva. “Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação” (GIL 2008, p. 100).

Uma das vantagens da observação é a capacidade de apreender os fatos de forma espontânea sem necessitar de intermediação, assim na investigação social esta técnica é bastante utilizada, pois a subjetividade que envolve as pesquisas desse tipo tende a diminuir (Gil, 2008).

De acordo com Gil (2008), na entrevista o pesquisador se expõe a frente do pesquisado formulando-lhe diversas perguntas, no intuito de coletar dados para sua investigação, a partir de um diálogo com entrevistado, assim a entrevista consiste em um método de dados.

As entrevistas possibilitam ao pesquisador coletar uma série de olhares e percepções que os diversos grupos possuem. Conforme Richardson (1999, p. 160), “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida”. A escolha da técnica de entrevista se deu por facilitar o entendimento dos entrevistados, tendo em vista que este método tem com objetivo fornecer informações relevantes a pesquisa.

As observações se iniciaram no ano de 2015 a partir das ações do PIBID - Sub Projeto Pedagogia no Assentamento João Batista II, que fica localizado na margem direita do Rio Inhangapi, e da rodovia BR-316, no sentido Castanhal Santa Maria, Estado do Pará, onde foi possível perceber as atuações das mulheres em diferentes espaços do assentamento, principalmente a política. As entrevistas foram realizadas com cinco mulheres lideranças deste local durante os dias 23 e 24 de fevereiro de 2017, no período da tarde. Estas que foram escolhidas por estarem a frente das lutas e conquistas desde o acampamento e que ainda continuam, mesmo que de forma mais branda. Como forma de evitar possíveis constrangimentos foram usados pseudônimos quando nos referimos as entrevistadas.

Através da parceria do PIBID com a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) do município de Castanhal, foi possível minha ida ao assentamento João Batista II, visto que o transporte de bolsistas e voluntários é permitido no veículo (ônibus rural do Programa Caminho da Escola) que transporta os professores e professoras do centro urbano para as escolas da área rural. Um dos pontos de encontro que o veículo para é na praça matriz da cidade, local onde eu o aguardei juntamente com outros professores, neste dia, 23 de fevereiro, o ônibus passou atrasado, segundo o motorista ele estava abastecendo o veículo por isso a demora, saímos da praça matriz às 13h00min, e chegamos à escola Roberto Remigi às 13h45min.

Quando cheguei à escola falei com a professora Joana, a supervisora dos bolsistas do PIBID e uma das lideranças que eu iria entrevistar, ela estava em sala de aula, então marcamos para realizar a entrevista no intervalo da merenda, porém não foi possível neste horário, pois a professora estava em atividade em sala com os alunos, logo ficou decidido que faríamos no final da aula.

Como não seria possível naquele momento realizar a entrevista com a professora Joana fui à casa da professora Sônia, outra liderança que faz parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sua residência fica próxima à escola. Dias anteriores eu já havia relatado para a professora o meu interesse em pesquisar sobre as mulheres e seus protagonismos na área da educação do assentamento. A professora Sônia me recebeu na sua casa, perguntei se ela naquele momento teria disponibilidade para responder ao meu roteiro de perguntas, a mesma respondeu que sim, então realizamos a entrevista. No decorrer da entrevista a professora se sentiu à vontade em relatar toda a luta e resistência na conquista do Assentamento e da escola.

Concluída a entrevista com a professora Sônia, voltei para escola no intuito de realizá-la com a professora Joana, porém ela estava mediando uma reunião com os alunos monitores do Projeto de Leitura Vagalume, este que atua na escola. Concluída a reunião, na qual eu pude participar, iniciamos a entrevista na sala de aula. A professora, que também faz parte do MST, relatou com empolgação todo o trajeto da conquista da escola no Assentamento, e enfatizou o protagonismo das mulheres nesta conquista, e ficou feliz com a temática da pesquisa, contribuindo de forma essencial na mesma.

Com a entrevista finalizada a professora Joana me sugeriu outras lideranças que contribuíram de forma efetiva nas conquistas do Assentamento, principalmente nas educacionais, foram as mesmas que a professora Sônia também havia me recomendado anteriormente, que são: Maria, que fez parte do coletivo de educação do Assentamento, atuou como liderança desde o acampamento no Aurá e atualmente é segunda tesoureira da Associação de Pais e Mestres; Cristina, agente comunitária de saúde, também atuou como liderança desde o acampamento do Aurá; e Conceição, servente na escola, que atuou desde o acampamento na fazenda ocupada. Após a conversa com a professora Joana, como o ônibus já estava de saída, fui embora, com o compromisso de retorno no próximo dia.

No dia seguinte, 24 de fevereiro, retornei ao assentamento, dessa vez sem atraso do ônibus. Às 13h25min, o ônibus chegou à escola Roberto Remigi, fui conversar novamente com a professora Joana que havia se responsabilizado em conversar com as três lideranças sobre a pesquisa e a possibilidade de realizá-la, e também combinamos que ela iria convidar um aluno para me acompanhar na ida à casa das entrevistadas. A professora pediu para eu aguardá-la, pois estava realizando uma atividade com os alunos, então fui para o pátio da escola, minutos depois ela veio ao meu encontro e a mesma me acompanhou até a casa das lideranças e me apresentou para cada uma. Confesso que fiquei muita grata e encantada com a

atitude da professora, me dando todo apoio possível, porém não esperava menos da pessoa humana que ela é, e que sempre se mostrou disposta a contribuir com os bolsistas.

Fomos primeiro na casa de Cristina, a mais próxima da escola, ela se mostrou disposta a contribuir na minha pesquisa, então combinamos que iríamos nas casas das outras mulheres e depois eu retornaria para realizar a entrevista com ela, a mesma concordou. A próxima casa seria a de Conceição, que fica depois da casa de Cristina, porém a encontramos na rua e falamos com ela sobre a possibilidade da entrevista, a mesma aceitou, entretanto seria após a visita ao local onde estaria acontecendo uma ação das mulheres, segundo Conceição a “mulherada” havia se reunido para limpar o terreno onde funcionava o antigo barracão da escola, que estava abandonado e sujeito a possível posse de outros para fins privados, onde as mesmas tinham a intenção de utilizar aquele espaço na realização de atividades para as mulheres assentadas. Fiquei feliz em poder presenciar aquele movimento da “mulherada”, porém quando chegamos ao local não havia mais ninguém, pois, as mesmas haviam realizado a ação apenas na parte da manhã. Eu e Conceição seguimos para casa de Maria, que fica próximo ao local onde estávamos, “por baixo” de uma fraca chuva, e a professora Joana retornou para escola.

Chegando a casa de Maria, fomos apresentadas e conversei com ela sobre a minha pesquisa e a possibilidade de realizar a entrevista naquele momento, a mesma falou que sim, então iniciei com as perguntas. Percebi que no decorrer da entrevista a entrevistada se sentiu a vontade em relatar toda sua trajetória de movimento, aprendizagem, luta, resistência, e “rebelia”².

Finalizada a entrevista com Maria, segui com Conceição para sua casa, esta que se dispôs a me aguardar. Chegando a sua residência iniciamos a entrevista, Conceição se mostrou empolgada em relatar suas vivências enquanto militante do MST, que é até o atual momento, suas lutas, conquistas e gratidão ao movimento.

Concluimos a entrevista e fui para casa de Cristina, ao qual já tinha sido apresentada anteriormente. Cristina me recebeu e sentamos na área externa de sua casa, no começo ela se mostrou um pouco tímida, porém depois lembrando sua história se sentiu mais a vontade em relatar.

Por fim, retornei à escola para agradecer a professora Joana pelo apoio e dizer o quanto eu estava satisfeita com as entrevistas, comprovando que a “mulherada” é de luta e

² Rebelia no sentido de não aceitar certas contradições do MST, movimento ao qual a entrevistada fez parte desde que iniciou o movimento de ocupação da fazenda Tanari, atual Assentamento João Batista II, e no momento se diz afastada.

tem muitos protagonismos, e que apesar de suas ações atualmente estarem mais brandas e tímidas elas estão com propósitos de avivar suas ações no assentamento.

1.4 A construção e tratamento da informação: Análise de Conteúdo

Segundo Bardin (2009, p. 44), a análise de conteúdo é caracterizada como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, ou seja, é uma técnica que analisa os dados coletados de uma pesquisa.

Triviños (1987) ressalta que o pesquisador ao adentrar no campo de estudo deve estar munido de referenciais teóricos sobre o tema em questão, visto que a análise de conteúdo é constituída por um conjunto progressivo de técnicas, logo se torna imprescindível um estudo antes do assunto. Nesta técnica são utilizadas categorias, que auxiliam o pesquisador no decorrer da pesquisa bem como na análise dos discursos.

A análise dos dados perpassa por diversas etapas no intuito de atribuir sentido aos dados coletados (MINAYO, 2001). De acordo com Triviños (1987), essas etapas apresentam distintas nomenclaturas que variam entre os autores, mas também possuem algumas semelhanças. Deste modo, no presente estudo tomamos como base as etapas nomeadas por Bardin (2006), que são formadas em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na primeira fase foi realizada uma leitura flutuante que se compreendeu em uma releitura do referencial teórico para auxiliar na interpretação das informações coletadas. Como também na leitura de todo material da análise, ou seja, as observações e entrevistas, onde se organizou em forma de matriz as perguntas e respostas das entrevistadas destacando os pontos em comum. A partir das informações organizadas partimos para a exploração do material. Nesta fase fizemos recortes das entrevistas em unidades de registros enumerados, ou seja, codificamos as informações para uma análise mais precisa, sendo construída outra matriz com as quatro categorias primárias e mais seis categorias secundárias, estas que surgiram no decorrer da análise das falas.

No tratamento dos resultados, que compreende a terceira fase, consistiu na apreensão dos conteúdos de todo material coletado e organizado, fizemos uma análise comparativa buscando uma aproximação das categorias de cada análise, destacando as semelhanças e as diferenças de cada uma. Os dados foram analisados com o apoio dos referenciais do presente estudo.

Portanto, é a partir do processo metodológico apresentado que se embasou o estudo em questão, assim no próximo capítulo faremos a relação da história do MST com a educação.

CAPÍTULO II - MST E EDUCAÇÃO: UMA PAUTA HISTÓRICA

O MST teve sua consolidação em 1984, e promoveu a luta social contra o latifúndio pela efetivação da política agrária e entre outras demandas. Sendo de uma forma autônoma, mas sem deixar de cobrar do estado os direitos sociais. Destarte, destacar a educação com uma das principais bandeiras de luta do movimento, pelo seu caráter de transformação social, além de enfatizar o papel fundamental que a mulher teve dentro deste contexto de conquistas.

2.1. O Movimento Social Como Agente Pedagógico

Os movimentos sociais apontam para o conjunto de problemas das classes sociais resultantes da sociedade capitalista. Em meio a esta relação de classes opostas, os movimentos sociais surgiram como formas de expressão na luta pelos direitos básicos para a afirmação da condição humana, ou seja, pelo direito a vida. Portanto, os movimentos sociais não foram construídos de uma maneira espontânea, mas por meio de uma luta calada em prol dos direitos de ser cidadão de direito (Streck, 2009).

De acordo com Gohn (2011), há uma intrínseca relação entre movimentos sociais e educação, visto que a concepção de educação é bastante abrangente, aonde as aprendizagens acontecem em diversos meios, denominada de educação não formal, pois ultrapassa os muros escolares. Os movimentos sociais sempre existiram, eles possuem uma força única de pessoas com grandes experiências de vida, deste modo se fazem fontes de diversos meios de processos educativos.

Os movimentos sociais são considerados como espaços educativos, pois produzem aprendizagens e saberes a partir de suas ações, estão em constante movimento realizando diálogos ou confrontos, o fato de participar e se envolver já demonstra o caráter educativo do movimento, suas articulações partem das situações que o País enfrenta tanto política como econômica e sociocultural, deste modo constroem-se uma rede, esta que é fundamental na compreensão do princípio gerador das aprendizagens (GOHN, 2011).

Segundo Cruz, as aprendizagens oriundas dos movimentos sociais são bastante significativas, visto que esta atrelada ao cotidiano dos trabalhadores e enraizadas nas lutas em prol de uma existência melhor na cidade e no campo. De acordo com o autor:

Os movimentos sociais, portanto, cumprem uma importante missão educativa no momento em que buscam a mobilização e a organização da classe trabalhadora, pois através da luta pelo atendimento de suas demandas, os sujeitos neles envolvidos compreendem que a realidade social na qual estão inseridos é socialmente contraditória e economicamente excludente, fato que os impulsiona a novos e significativos aprendizados e atitudes também renovadas (2010, p. 265).

Portanto, os sujeitos constroem um novo olhar diante da realidade que pertencem, partindo das suas ações nos movimentos sociais. Assim, buscam durante todo processo de luta x conquista a manutenção dos seus direitos, assim melhor compreendem as relações sociais e a sociedade em que vivem. Então, os movimentos sociais compreendem o processo educativo como um processo autoformativo.

A educação acontece com os sujeitos em movimento, a partir do momento que ele começa a agir o processo educativo segue se movimentando, é através dessa relação que a identidade dos sujeitos é formada, ou seja, “é na ação, no movimento que o sujeito resgata e fortalece sua identidade” (CRUZ, 2010, p. 259). Pode-se inferir que há uma educação em movimento por ocorrer de forma prática. É no dinamismo da realidade que se manifestam as trocas de conhecimento, do mesmo modo que o individuo ensina ele aprende e vice e versa à aprendizagem vai se tecendo.

Para Arroyo (2003), os movimentos sociais possuem uma matriz formadora, pois a formação esta atrelada a aprendizagem dos direitos como uma prática educativa, direitos que sempre foram negados, sendo uma das formas do movimento se fortalecer e emponderar-se. Dentre suas principais reivindicações está a luta por uma educação que vise à formação humana.

Deste modo, o aprendizado dos direitos surge através da luta pela base material da existência humana: trabalho, moradia, terra, saúde, etc. A formação humana está atrelada aos direitos, pois é a partir das ações por sobrevivência que os movimentos sociais se tornam educativos. O processo de humanização está vinculado as condições materiais da existência, assim como afirma Arroyo (2003, p. 32): “A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana”.

Nos últimos anos as mobilizações dos movimentos sociais vêm se movimentado, apesar das repressões que sofrem destarte os sujeitos se desenvolvem e no decorrer do movimento assimila a melhor maneira de dirigir o processo, bem como planejar as ações de luta em prol dos direitos, gerando deste modo uma pedagogia do/em movimento, pois é diante

de suas práticas concretas que os sujeitos aprendem, deste modo os movimentos podem ser considerados como pedagógicos, visto como contribuíram na aprendizagem dos direitos sociais (ARROYO, 2003).

Segundo Freire o conhecimento de mundo do sujeito não pode ser negado, seu ser está carregado culturalmente, socialmente e politicamente, isto é, tem seu fundamento “na possibilidade que mulheres e homens ao longo da longa história criaram de inteligir a concretude e de comunicar o inteligido” (FREIRE, 2000, p. 21). A formação ocorre com a compreensão da realidade de tudo que cerca os sujeitos desde o momento que nascem por meio de tudo que herdamos e reconstruimos. Deste modo, não se pode negar o caráter formativo da prática, reconhecendo que esta formação não acontece de maneira determinada previamente.

Os movimentos sociais populares são considerados como a escola da vida, pois tem sua prática voltada à busca por melhores condições de existência, esta ação caminha com a reflexão daquilo que o rodeia e sobre estratégias de luta. Assim, é através do Movimento Popular que a educação vai se inovando (FREIRE; NOGUEIRA, 1989).

De acordo com Arroyo (2003), os movimentos sociais se movimentam atribuídos de uma arte de ensinar própria que vai sendo repassada entre eles, seu sustento está em antigos direitos negados de sobrevivência. São sujeitos coletivos históricos em ação que se estabelecem no centro, tendo em vista a sua formação integral ensinado para o tradicionalismo educacional o vínculo entre vivências e educação como um meio de humanização.

Deste modo, lembrando Freire, Arroyo (2003, p. 34) destaca:

A teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana. Quando a ação educativa escolar ou extra-escolar, de formação da infância, adolescência ou de jovens e adultos se esquece deles e de seus processos, movimentos e práticas sociais, culturais e educativas e se fecha em discussões sobre métodos, conteúdos, tempos, instituições, calendários, avaliação... se perde e desvirtua. Perde suas virtualidades como teoria e prática educativa.

Os sujeitos se educam entre si, sujeitos históricos que fazem história e são feitos por ela, estando por tanto no centro do movimento como sujeitos da ação, que possuem uma coletividade, são resultantes de exclusões e opressões, são acima de tudo seres humanos que lutam por seus direitos básicos de sobrevivência. A aprendizagem por tanto encontra-se

evidenciada nessa ação de luta, assim “os movimentos sociais mexem com tudo porque neles os coletivos arriscam tudo” (ARROYO, 2003, p. 37).

O processo educativo dos movimentos sociais permite a formação do cidadão politizado que não aceita a verticalização, tudo que vem de cima para baixo, sem questionar, sua luta é pelo coletivo, há em suas ações o cuidado com o outro. Essa característica política dos movimentos se contrapõe a constituição de acomodação, sem críticas, planejada para responder as necessidades do modelo capitalista de produção, aonde visa o individualismo, e a fragmentação de tudo que o rodeia. Contrário aos ideais capitalistas Arroyo (2003, p. 37) afirma:

Essas vivências totalizantes revelam à pedagogia o ser humano como totalidade existencial. Revelam e repõem dimensões perdidas na pesquisa, reflexão e ação pedagógica, tão centrada em formar o sujeito parcelado, instrumental, competente e hábil nos conhecimentos úteis, fechados. Revelam e repõem a educação como formação de sujeitos totais, sociais, culturais, históricos.

A pedagogia dos movimentos contribuiu para a retomada da compreensão ampliada da formação humana integral, sendo assim significativa tanto na educação formal como não-formal. Essa pedagogia é movimentada pela coletividade de homens e mulheres de todas as idades e diversidades vivenciando os momentos extremos da mesma forma, sujeitos que conhecem e sentem o difícil limite, que levam seus conhecimentos vivenciados para a educação formal e informal (ARROYO, 2003).

Os movimentos sociais se modificam através do tempo sofrem impactos, mudanças políticas e econômicas, porém as possibilidades de aprendizagem que apresentam são infundáveis. Portanto, se percebe que há muito a se aprender com a luta e resistência dos movimentos. Cabe ressaltar a importante contribuição da educação realizada pelos movimentos na construção de uma nova sociedade, onde os sujeitos se constroem fazendo parte de todo processo educativo, sendo autores de sua própria história e não meros espectadores.

2.2. Histórico do MST no Brasil

A luta pela terra no Brasil se encaminha impulsionada devido ao desempenho de inúmeros movimentos sociais, dentre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) possui grande evidencia através da sua acentuada atividade de ocupação. Os Sem Terra, através das ocupações, vêm pressionando o governo tanto federal quanto estadual,

a darem como resposta a política de assentamentos. Deste modo, Fernandes (2000, p. 19) afirma:

Nos últimos 20 anos, as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra. Desde o começo da derrocada dos governos militares, esta forma de luta pela terra tem se intensificado, resultando em milhares de assentamentos rurais por todo o Brasil e determinando essa realidade que chamamos hoje, incorretamente, de reforma agrária.

O MST nasce através da ocupação de terras, foi a partir desta forma de luta que o movimento obteve acesso a terra, dando origem aos milhares de assentamentos no Brasil. Deste modo, para compreender-se como o MST foi formado é necessário primeiramente entender a ocupação de terras, pois foi por meio desta forma de confronto que o movimento surgiu. A reprodução desta ação torna concreta a existência do MST (FERNANDES, 2000).

A formação do MST teve seu início no final dos anos 70, no momento em que camponeses começam a se reunir e a ocupar terras improdutivas no Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O Movimento foi construído com a participação da Comissão Pastoral da Terra. De acordo com Stédile (2005, p. 21) “A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional”. No entanto, segundo Fernandes (2000), o MST segue seu destino construindo seu ambiente político procurando ser autônomo, é exatamente essa autonomia que o difere de todos os demais movimentos camponeses.

O Movimento teve sua fundação oficial em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, na realização do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse encontro foram determinados os seus objetivos que foram: lutar pela terra, Reforma Agrária e a construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e nem exploradores. Atualmente segue com os mesmos objetivos e está organizado em 24 estados (FERNANDES, 2000).

Um ano após sua fundação em 1985, o MST realiza o seu I Congresso Nacional, em Curitiba-PR, este congresso teve como objetivo a organização do movimento, a expansão para demais estados e a sistematização das principais bandeiras de luta. Cabe destacar ainda neste Congresso a organização das comissões das mulheres dentro do MST para discutir suas demandas específicas e a participação das mesmas em todos os níveis de instâncias de poder, além de combater a discriminação contra as mulheres ou qualquer forma de machismo. De acordo com Fernandes (2000, p. 171):

Evidente que este é um desafio permanente, porque a condição de paridade - reciprocidade de participação nos espaços políticos é outra luta. De modo que há uma luta dentro da luta. Assim, os sem-terra (em especial, as mulheres) lutaram para consolidar uma relação mútua na organização do MST. Vivendo esse desafio continuamente: mulheres e homens de idades diversas participam dos diferentes setores e instâncias do MST. A conquista da terra é uma luta da família, portanto, a participação efetiva da mulher acontece desde a gênese do Movimento.

Sendo assim, a mulher teve um papel de destaque desde a organização do MST, visto que contribuiu significativamente no desenvolvimento de todos os departamentos e instâncias políticas, participando:

Das ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, trabalhando nas lavouras, nas suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no Jornal e nas secretarias, criaram o Coletivo Nacional das Mulheres do MST como atividade da forma de organização do Movimento. O Coletivo tornou-se, também, um espaço de debate permanente a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões (FERNANDES, 2000, P. 171-172).

Suas demandas vêm sendo incorporadas gradativamente, no ano seguinte ao Congresso, em 1986, elas conquistaram o direito de independência no recebimento dos lotes nos assentamentos, pois não necessitavam mais depender de pais ou irmãos. A articulação das mulheres se expandiu para os estados através da organização de encontros que tinham como finalidades refletir e avaliar sua participação na luta (FERNANDES, 2000).

Diante disso, ao longo do tempo percebemos que a mulher desempenhou um papel importante tornando-se um sujeito histórico essencial dentro do movimento. Nesse sentido a mulher rompe as barreiras domésticas, visto que no acampamento ela participa de todas as tomadas de decisões do movimento, assim a mulher tem outras atribuições que auxiliam na sua inserção na sociedade, em espaços antes reservados para os homens. Dessa forma, a mulher sem-terra ressignifica sua vivência social e sua luta por direitos.

2.3. Cultura Camponesa

Ao fazer uma breve pesquisa sobre o conceito de campesinato no dicionário de Educação do Campo (2012), percebemos que o mesmo está ligado a diversidade de sujeitos ligados por uma relação comunitária e familiar marcada por uma territorialidade muito peculiar como afirma Tardin (2012, p. 181):

Em se tratando do campesinato, ele se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de agroecossistemas.

Deste modo, faz-se necessário considerar a formação histórica e social dos sujeitos que estão inseridos neste contexto, tecida por tensões sociais, culturais, políticas e econômicas. Assim, Carvalho (2005, p. 171) ressalta que o campesinato, “enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios”, cabe ressaltar que mesmo inseridos na cultura capitalista, não se caracterizam como tais, visto as suas peculiaridades.

Cruz (2010) afirma que o grupo familiar camponês é capaz de se reinventar buscando alternativas de sobrevivência no campo, se firmando enquanto grupo socioeconômico cultural no capitalismo. A partir da diversidade camponesa os sujeitos ressignificam seus meios de produção.

Percebe-se, portanto, que o grupo familiar camponês constrói sua existência sempre buscando a preservação do seu modo de vida e a satisfação material de seus membros. Todavia, nesse processo interage criativamente com as condições sociais e econômicas do seu tempo, fato que lhe garante uma imensa capacidade de adaptação às situações de crise que ameaçam a sua sobrevivência sócio-cultural (CRUZ, 2010, p. 76).

Mesmo devido as diversas crises no campo o camponês consegue superar e resistir, pois possui em sua natureza a qualidade em se adaptar ao que é imposto transformando o negativo em soluções possíveis, visto que suas intenções não são de acúmulo de capital, mas sim o de reprodução de sua cultura, que envolve toda a comunidade e principalmente a família, esta que é uma forte característica camponesa (SHANIN, 2008). “Portanto, a compreensão do mundo camponês passa, necessariamente, pela compreensão dos elementos que caracterizam a família camponesa” (CRUZ, 2010, p. 74).

A economia camponesa é formada pelo trabalho familiar, onde há uma divisão sexual das tarefas, separadas entre ocupações próprias dos homens e mulheres e o “lugar ocupado por cada membro da família – pai, mãe, filhos.” (MAIA, 2004, p. 1). Maia ainda ressalta como unidade de produção o roçado, lugar de trabalho do homem e a unidade de consumo a

casa, lugar de cuidados da mulher, duas unidades construídas culturalmente, seus costumes e tradições foram transmitidos dos mais velhos para os mais novos.

Uma pesquisa realizada na área rural de Igarapé-Açu Pará através do pesquisador Cruz (2015), revela que apesar da figura feminina exercer atividade diretamente de produção não é vista como trabalho e sim como auxílio, visto que esta é uma atividade exclusiva do homem. Assim como corrobora Brumer (2004, p. 211):

As atividades executadas preferencialmente por mulheres, crianças e jovens no meio rural caracterizam-se, de um modo geral, por serem relacionadas principalmente à limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos; ao processamento dos produtos agrícolas; ao cuidado de animais, tais como alimentação, limpeza e ordenha; aos trabalhos da horta, principalmente se seus produtos forem destinados ao consumo da própria família; As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, às vezes auxiliadas pelas filhas.

Embora a mulher exerça diversificados trabalhos, a mesma ainda é pouco reconhecida. Segundo Souza, Silva e Souza (2008), citando Santos (2001), apesar da entrada tecnológica no campo a mulher ainda desempenha dupla função, cuida dos espaços que envolvem a casa (quintal, horta, criação de animais, etc.) e o espaço de produção, ou seja, embora haja todo um conjunto moderno beneficiando as famílias do campo, o trabalho da mulher ainda permanece sem grandes visibilidades.

No entanto, sem a contribuição da mulher nos trabalhos camponeses não haveria a possibilidade de reconhecer a família desde a origem do homem como uma “composição socialmente estruturada” (SOUZA; SILVA; SOUZA, 2008, p. 4). Dessa forma, segundo Cruz (2010), a unidade de produção familiar não teria êxito sem a atuação da mulher nesse processo, em decorrência da necessidade do trabalho de inter-relação do homem com a mulher.

No que tange as formas de relação no seio familiar, Sales (2006) afirma que, na atualidade há um maior diálogo nas tomadas de decisões ao contrário do autoritarismo do chefe da família colocado na figura do patriarca, onde não se tinha vez e nem voz, ocasiona também uma participação das mulheres nas terras conquistadas, uma consequência dessa mudança de relação é o individualismo, visto que os sujeitos possuem “uma maior responsabilidade pelos rumos trilhados no presente e no futuro” (CRUZ, 2010, p. 79). Outro fator das mudanças de comportamentos é causado pela maior aproximação da cultura urbana, gerando assim uma perda dos costumes, ocasionados pelos tempos mais modernos.

Deste modo, Cruz afirma (2010, p. 81) que, “a unidade familiar rural também é capaz de reformulações em seus valores e comportamentos que venham a atender exigências externas e internas, no sentido de garantir sua continuidade”. Mesmo diante desses acontecimentos a unidade familiar é capaz de estabelecer novos princípios estruturadores na garantia de sua permanência.

Podemos perceber no decorrer deste capítulo a importância do trabalho da mulher camponesa dentro da unidade familiar, pois a mesma transcende o trabalho doméstico para o produtivo. Contudo, cabe ressaltar que a busca por reconhecimento extrapola o viés do trabalho partindo também para questões de igualdade de direitos, político, respeito e liberdade.

CAPÍTULO III - MULHERES EM MOVIMENTO

O presente capítulo teve como escopo salientar a importância do processo de organização das mulheres em busca de direitos historicamente negados, haja vista que durante muitos séculos ela foi (e ainda é) colocada no lugar de subalternidade, sem a mínima liberdade. Abordamos também a atuação da mulher do campo que tem sua luta voltada tanto para questões de gênero quanto de classe, visto que são colocadas como trabalhadoras e que tem vários desafios a enfrentar.

3.1. As Mulheres na Luta: Conquistas e Desafios

Historicamente a figura feminina foi considerada inferior ao homem, agregando a mulher como simples objeto de prazer, isto resulta na sua desvalorização e discriminação nos diversos espaços em que estava inserida. No intuito de refrear as repressões sofridas, as mulheres vêm se utilizando dos movimentos feministas procurando reivindicar a efetivação e reconhecimento de seus direitos, assim desempenham uma importante função na busca não somente pela igualdade de direitos, mas também pelo respeito entre todos, sem preconceito e discriminação (PEDRO; GUEDES, 2010).

Ao longo dos anos as mulheres clamam em busca da igualdade de direitos, e tentam afastar a opressão de gênero, no entanto a realidade nem sempre foi assim, pois elas na maioria das vezes eram impedidas de lutar. As suas lutas estão pautadas na libertação das amarras de um senso moral estabelecido pela cultura machista (a mulher é inferior ao

homem), que perpetuou durante séculos, e ainda hoje se faz presente na sociedade com menos força (PEDRO; GUEDES, 2010).

A conquista pelo espaço das mulheres não se faz apenas com a igualdade econômica e política, mas principalmente na desconstrução de preconceitos e discriminações, pois diz respeito a luta pela liberdade, que vai além da igualdade de direitos, e pelo respeito à alteridade.

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Corresponde à busca de igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana e tão sujeito frente ao homem quanto o homem frente à mulher (CHRISTO, 2001, p. 16).

As mudanças nos papéis e posição social das mulheres são conquistas das pressões dos movimentos feministas que se desencadearam no final da década de 60 nos Estados Unidos e em determinados países europeus e também atreladas aos novos estudos e pesquisas acadêmicas, estas que transformam entendimentos, mitos e estereótipos que envolvem a mulher e configuram no denominado “Estudos da Mulher” (COUTINHO, 1994).

Segundo Soares (1994), o conceito de feminismo³ tem sua compreensão na ação política das mulheres, que abrangem teoria, prática e ética. Para a autora as mulheres são sujeitos históricos que transformam suas próprias condições sociais.

O movimento feminista tem um dos seus marcos histórico no protesto que ficou conhecido como “a queima dos sutiãs”, onde mulheres ativistas do movimento denominado Wolman’s Liberation Movement dos EUA, almejavam pôr fogo em diversos objetos (sutiãs, espartilhos, maquiagens, etc.), este foi um dos primeiros atos públicos que questionaram a ditadura da beleza. Porém, não houve a queima, pois, o local não era público. Entretanto, a ação foi repercutida mundialmente pela mídia, gerando uma reflexão sobre a questão de gênero e representando uma influencia muito forte em outros países, logo, o referido ato simbolizava uma abertura da liberdade feminina (CAVALCANTI, 2008).

Somente no final do século XIX é que a discussão sobre o conceito de gênero começa a ganhar força, a partir desta contestação mais clara foi possível verificar as discriminações existentes contra as mulheres. Na Inglaterra surgiu o movimento denominado *Women’s*

³ "O feminismo se apoia no reconhecimento das mulheres como um grupo específico e sistematicamente oprimido. Além da afirmação de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, sustentam que a possibilidade política de sua transformação existe: a reivindicação nasce da contradição entre a afirmação de princípios universais de igualdade por um lado, e a realidade de desigualdade de poder, bens, direitos e oportunidades entre mulheres e homens" (MARTINEZ; ESCAPE apud BARBA, 2014, p. 1).

Suffrage (mulheres sufragistas), aos quais numerosas mulheres se manifestavam em defesa de seus direitos, principalmente o direito ao voto. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido no ano de 1918, representando esse período como “a primeira onda do feminismo” (PINTO, 2010).

De acordo com Pinto (2010, p. 16), no Brasil a primeira onda do feminismo se manifesta também através da luta da mulher pelo direito ao voto. A autora cita as denominadas “sufragetes” brasileiras que “foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto”.

A primeira conquista das mulheres foi a do decreto 21.076 no ano de 1932, que determinava o voto feminino, bem como o voto secreto. O direito foi adicionado na constituição de 1934 no artigo 108 (PINTO, 2010).

Assim, foi a partir desta conquista que o movimento feminista passou a ser identificado como movimento social e político. Este movimento auxiliou na divulgação e conhecimentos, onde diversas mulheres se despertaram para o estudo e disputavam vagas em escolas de ensino superior. Foi através destas movimentações que as mulheres conquistaram visibilidades em outros espaços como nos ambientes acadêmicos e jurídicos (PINTO, 2010).

Sarti (1998) ressalta que foi a partir de uma intensa luta que as mulheres avançaram em direção à igualdade de raça e gênero, propiciando o despertar para lutas mais coletivas e a importância da participação social. O movimento das mulheres, através de seus processos de mobilização, tinha em vista denunciar a realidade desigual da sociedade no sentido econômico, cultural e político, em que se cometia no âmbito das classes, gênero e etnia.

No ano de 1916, houve dois acontecimentos um de avanço e outro de retrocesso, o código civil de 1830 é alterado, nele a mulher adúltera era assassinada, a mudança da lei que começou a vigorar neste ano considerou o adultério como motivo de desquite (divórcio), no entanto o Estado Novo implantou neste novo código que a mulher só poderia trabalhar com a autorização do marido (SARTI, 1998).

Em 1975, aconteceu a I Conferência Internacional no México, tinha como objetivo debater e deliberar questões que abordavam as mulheres. Nesta conferência foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que os próximos dez anos seriam voltados a questões das mulheres, além disso, elegeu este ano como Ano Internacional da Mulher e o dia 8 de março, apesar de já ser comemorado há décadas a Organização reforçou (WOITOWICZ, 2008).

Segundo Pinto (2010, p. 17), o feminismo brasileiro teve uma importante e expressiva vitória, em 1984, com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM). A partir desta conquista surgiram novos grupos como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), da capital Brasília. O CNDM, com a participação desses grupos importantes, realizou a “campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional”. O ato teve como resultado a Constituição de 1988, onde consta que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Porém, esses direitos nem sempre foram garantidos, visto que no governo de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso o CNDM perdeu totalmente seu valor. Somente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva é que as questões da mulher voltaram a ter importância, sendo criada a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, bem como a criação de um Conselho com as particularidades da mulher.

No final do século XX, surgem as Organizações não Governamentais, com o objetivo de instituir estruturas de proteção para vítimas de violência doméstica. No século XXI, foram criadas as Delegacias Especiais da Mulher, além da Lei Maria da Penha (n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), esta que consiste em uma grande conquista, pois instituiu estruturas para coibir a violência contra a mulher, tanto doméstica quanto familiar (PINTO, 2010).

É nítida as importantes mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas, porém não se pode superestimar a profundidade de tais transformações, muito menos pensar que as desigualdades entre homens e mulheres tenham desaparecido. A realidade é verdadeiramente mais complexa, onde muito trabalho nos setores da teoria e prática precisa progredir. (COUTINHO, 1994).

As mulheres, segundo Coutinho (1994), no decorrer dos séculos conserva-se no centro e na margem simultaneamente, sendo um membro dos grupos que sofrem uma intensa opressão na sociedade, pelo seu sexo, atua de maneira direta como patroa e donas de casa, onde exercem o seu poder sobre as empregadas que estão em seus domínios e de maneira indireta por meio de seus esposos com cargos de poder na sociedade, como banqueiros, políticos, etc. Portanto, embora a condição da mulher possua relação com o grupo de oprimidos não necessariamente pode se igualar a eles, pode-se afirmar que, com algumas ressalvas, todos os que compõem estes grupos que são discriminados na maioria das vezes dividem a condição de inferior do grupo todo, sendo que essa situação não se aplica as mulheres, visto que em determinados momentos ela atua como opressora.

Deste modo, percebemos que para se alcançar uma mudança significativa nos papéis sociais tanto do homem quanto da mulher se faz necessário um processo de mudança na

sociedade, ou seja, deve estar baseado num processo educativo, que segundo Paulo Freire (2000), deve ir de contra com a concepção da classe dominante e machista que se estabeleceu durante os anos tanto de forma ideológica como repressiva, vale ressaltar que como todo processo educativo e de transformação é um processo lento. Deste modo, a participação do homem junto com a mulher é indispensável na mudança das concepções machistas que permeiam na sociedade capitalista.

3.2. Protagonismo das Mulheres no Campo

As lutas de classes, a organização do movimento feminista e de mulheres e a luta contra as ditaduras são as raízes da organização das mulheres camponesas no Brasil. A partir do movimento feminista e seu discurso de igualdade de gênero, estas mulheres se despertaram para “um novo tipo de ação política que questionava seu status de subordinação de gênero no espaço das igrejas, dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais em que participavam” (SCHWENDLER, 2015, p. 3).

As influências do discurso feminista, além da inserção da mulher na luta social, foram fundamentais na politização da condição de submissão da mulher no interior da divisão sexual do trabalho associado a elaboração de estratégias com o objetivo de superar a grande diferença de gênero existentes no ambiente familiar, nas organizações sociais e nas políticas públicas. Assim, encontra-se no referido processo a luta “pela distribuição econômica e pelo reconhecimento de sua identidade e de sua condição concreta enquanto mulher, e classe trabalhadora do campo” (SCHWENDLER, 2015, p. 3).

Segundo Bordalo (2006), a organização das mulheres do campo está relacionada com as sucessivas mudanças na agricultura, sendo consequência da efetivação de um sistema capitalista transnacional no período da ditadura militar (1964-1985), bem como do avanço das políticas neoliberais. Em decorrência a esses “avanços” na agricultura, baseada na monocultura e mecanização, há a exclusão e muitas vezes desaparecimento de atividades realizadas ao longo da história pelas mulheres do campo.

No que se refere a movimentos sociais do campo formados por mulheres, foi no início da década de 80 que as mesmas começaram a se organizar e participar da via camponesa, em destaque as trabalhadoras do MST e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), onde elas começaram a ganhar força e formaram o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), composto por mulheres que participavam dos sindicatos, da comissão da pastoral da terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base e do MST, sendo que este novo

movimento assumiu a frente das demandas pautadas nas questões de gênero (BORDALO, 2006).

A luta de gênero e classe da mulher campezina se consolidou durante o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1995, momento em que foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Os movimentos autônomos de mulheres, a partir de 2004, se organizaram a nível nacional através do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que se estabeleceu em quase todos os estados brasileiros (SCHWENDLER, 2009).

No que tange a questão de gênero, as demandas básicas do movimento consistem no acesso aos benefícios de seguridade social e direitos sociais, como a aposentadoria, salário maternidade, participação política, incorporação nos sindicatos e o reconhecimento como trabalhadora rural (SCHWENDLER, 2009). O movimento alcançou conquistas importantes, sendo o Brasil o primeiro país a aumentar “os benefícios de seguridade social para as mulheres trabalhadoras rurais – trabalhadoras assalariadas, trabalhadoras temporárias e trabalhadoras familiares não remuneradas” (DEERE E LEÓN, apud SCHWENDLER, 2015, p. 4).

Somente no ano de 2006 é que a ação política das trabalhadoras campezinas começa a ser mais visibilizada, pois neste ano, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foi organizado por elas o enfrentamento contra a ampliação do agronegócio nas áreas campezinas. Nesta ação, as trabalhadoras denunciavam:

Os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, em especial, a criação de um deserto verde através da monocultura do eucalipto e produção de sementes e plantas transgênicas, assim como a expulsão das populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios (SCHWENDLER, 2015, p. 5).

Portanto, o MMC é contra o modelo capitalista que se insere no campo, visto que defende a agricultura familiar, embasado na “soberania alimentar”, além do cultivo de alimentos saudáveis com plantações variadas e sem a presença de agrotóxicos. Elas lutam pela preservação do ecossistema em prol da vida.

Cabe ressaltar também uma ação de trabalhadoras rurais ocorrida no município de Nova Timboteua, nordeste paraense, na década de 80. As mulheres do referido local passaram a conhecer e tomar consciência de seus direitos através da participação no movimento da igreja católica “Pastoral da Mulher”, e no ano de 1985 ocuparam o sindicato

dos trabalhadores rurais⁴ do município, no período de dez dias e dez noites. As trabalhadoras reivindicaram o reconhecimento de trabalhadoras rurais, na época não eram consideradas mesmo trabalhando na terra, então não tinham o direito de se sindicalizarem, além de cobrar a representatividade da categoria e da classe trabalhadora, visto que os dirigentes não eram trabalhadores rurais (ÁLVARES, 2013).

Através da mobilização as mulheres conquistaram o direito de se sindicalizar, porém não conseguiram ingressar adiante em cargos de coordenação e direção. Então fundaram em 1992 a Associação da Mulher Timboteuense Margarida Barbosa⁵, que tem como objetivo incentivar a entrada das associadas nos sindicatos de Trabalhadores Rurais, bem como a ocupação de cargos de direção. Através dessas ações o número de mulheres no sindicato aumentou, porém, a ocupação da direção ainda é um desafio, elas ficam limitadas exercendo os cargos nas secretarias setoriais dos sindicatos. Outra questão que dificulta a participação mais ativa das mulheres é que ainda continuam responsáveis pelo espaço privado da casa, tornando-se difícil acordar os serviços domésticos coma a participação nos ambientes públicos, sobretudo para as trabalhadoras que cumprem funções de direção (MOREIRA; ÁLVARES, 2014).

Nas enumeras conquistas das mulheres camponesas não podemos deixar de citar o coletivo de gênero dentro do MST, este que surgiu através da necessidade de mais espaço feminino dentro do movimento, empoderar as mulheres que ainda tinham a carga social de submissão, bem como a valorização do seu trabalho, nasceu com o objetivo de transformar as relações de gênero a partir de relações mais igualitárias na participação de valores. No começo sentiram dificuldades de inserir o assunto na pauta, visto que o MST via como assunto secundário, sem muita importância, porém o coletivo não desistiu de levar essa pauta adiante e muitos avanços já foram conquistados no movimento. A discussão se expandiu e alcançou todos os Estados que o movimento atua, onde se percebe significativos progressos na ampliação desse debate (SCHWENDLER, 2015).

Ressaltamos também uma importante mobilização protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais intitulada “Marcha das Margaridas”⁶ (MM), coordenada pela

⁴ Atualmente o sindicato é denominado de Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais.

⁵ A Associação da Mulher timboteuense Margarida Barbosa, faz parte do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), se articula com o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, com a Articulação de Mulheres Brasileiras, e com a FETAGRI (ÁLVARES, 2013).

⁶ O nome Margarida é em homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoas Grande – PB, que foi assassinada, em 12 de agosto de 1983, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano, pois ela havia movido 73 ações trabalhistas de trabalhos rurais das usinas

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em parceria com outras entidades. É caracterizada como “uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena” (SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, 2014), onde se encontra presente uma diversidade de mulheres são elas: “agricultoras familiares, assentadas, quebradeiras de coco, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas” (SILVA, 2008, p. 2017). Reunidas com os mesmos objetivos, onde reafirmam uma identidade política de trabalhadoras rurais. A Marcha é realizada a cada três anos em Brasília (DF), sendo que a primeira ocorreu no ano de 2000, em todas foram construídas pautas com demandas próprias das mulheres, além de assuntos da classe trabalhadora rural, onde obtiveram diversas conquistas.

A MM abrange temáticas do dia-a-dia das camponesas, onde tem como finalidade principal denunciar as questões políticas, sociais, culturais e econômicas que causam as condições de fome, pobreza e violência das trabalhadoras rurais. Ela possui uma competência de mobilização, de maneira irreverente e determinada, de milhares de mulheres trabalhadoras rurais oriundas de todo território brasileiro, e também fora dele. Tendo em vista esses motivos, a marcha é considerada uma das maiores mobilizações a nível nacional de mulheres na história brasileira, ocasionando uma visibilidade internacional deste movimento (SILVA, 2008).

Os movimentos trazem esse debate com muita intensidade, no entanto, ainda esbarram em muitos desafios, já que a construção do machismo ainda é pertinente na sociedade. Contrapondo a essa realidade, as mulheres camponesas buscaram sua liberdade, desataram suas amarras históricas, garantindo melhorias de vida no campo, hoje muitas mulheres possuem sua própria renda, o que lhes torna independente e livres (SANTOS et al., 2013).

Os movimentos autônomos de mulheres citados neste capítulo, são exemplos de que a mulher pode se libertar através de suas ações coletivas e organizadas, ou seja, “a libertação da mulher é obra da própria mulher” (SANTOS et al., 2013, p. 10), elas escrevem suas próprias histórias. Muito se conquistou, pois elas deixaram de ser a que possui papéis secundários e se tornaram protagonistas não só de suas histórias, mas também na construção da sociedade. E a luta continua, muitos são os dilemas a serem enfrentados.

por direitos trabalhistas. Ela foi uma das mulheres pioneiras nas lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, motivo pelo qual se tornou um símbolo político (FETAESC).

CAPÍTULO IV - CAMPO EM MOVIMENTO: O CASO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

O presente capítulo objetivou interpretar as falas das moradoras com base nos referenciais teóricos que discutem a temática da mulher assentada com a educação, com intuito de enfatizar a relação dos movimentos sociais e educação, com enfoque no MST, as aprendizagens adquiridas no interior do movimento, além de suas propostas pedagógicas para escolas do campo. Posteriormente discutimos as relações de gênero no interior do assentamento João Batista II, com objetivo de elucidar o processo de organização política das mulheres e a luta na busca da efetivação de seus direitos, bem como sua participação na militância e os lugares que ela atua no assentamento. Por fim abordamos a relação da mulher assentada e a educação, com escopo principal de sua significativa presença no processo de luta e conquista da escola Roberto Remigi, assim como a importância da escola para os moradores da referida comunidade.

4.1. Importância do MST na formação de sujeitos conscientes

A presente pesquisa ocorreu no Assentamento João Batista II, município de Castanhal-Pá, localizado na margem direita do Rio Inhangapi, e da rodovia BR-316, no sentido Castanhal Santa Maria, ocupa uma área de 1.761,76 há, abrigando 157 famílias, sendo o primeiro assentamento da mesorregião do Nordeste Paraense, fica distante 68 Km da capital.

A ocupação do Assentamento foi realizada através da pressão exercida pelo MST no dia 15 de Novembro de 1998. ⁷No nordeste paraense não havia nenhum assentamento, existia apenas no sul do Pará ao qual era politicamente forte, porém sua localização era distante da Capital e do INCRA, então o MST articulou o Assentamento João Batista II, com o objetivo de expandir a organização e de retomada das pessoas que eram do campo, mas que foram para cidade em busca de melhoria de vida, ou seja, o êxodo rural. A fazenda desapropriada chamada de Tanari se tornou alvo do movimento a partir de informações sobre a improdutividade da terra e o não pagamento de dívidas para o banco.

O MST é um dos movimentos sociais mais importantes da América Latina, por sua forma de organização, luta social e no cenário político brasileiro, pois sua atuação é

⁷ Relato oral das entrevistadas.

compreendida para além dos assuntos da Reforma Agrária, englobando um novo projeto de sociedade com menos desigualdades.

Como já foi relatado no capítulo II, os movimentos sociais possuem princípios educativos em sua própria formação, aqui destacarei os aprendizados constituídos no MST, visto que o processo de formação dos sem-terra se compreende na formação humana de sujeitos que aprendem através de seus movimentos. Assim como Caldart (2000, p. 199) afirma: “Olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem”.

Na trajetória histórica dos sem-terra do MST acompanham processos pedagógicos fundamentais como: “a luta, organização, coletividade, terra, trabalho e produção, cultura e história”⁸. Deste modo, as entrevistadas relatam através de suas experiências enquanto sujeitos que foram formadas neste Movimento, a relação que o MST possui com a educação, quais as suas práticas pedagógicas e como se educam entre si, onde ressaltam a importância desta formação, visto que seu princípio educativo se encontra na sua própria formação, enquanto sujeitos em movimentos.

O MST em si ele já é educativo, o movimento é um sujeito educativo, porque dentro da sua organização ele já está educando as pessoas pra isso, dentro do processo de formação política vem uma conscientização uma organização das famílias, porque que estão acampadas, porque não estão, porque lutar por condições de vida, porque lutar por uma escola aqui no assentamento e não lá fora. Então o movimento ele é educativo na sua própria formação (Sônia, professora e agricultora).

A relação do MST com a educação ela é a nossa relação com a educação, porque o MST é cada um de nós, não é um movimento além de nós, cada um de nós em movimento a gente pode transformar uma realidade.... mas nós temos uma meta, a gente participa de encontros estaduais, nacionais, a gente tem uma intencionalidade muito clara, educativa e é isso que a gente busca construir com quem vem da cidade (Joana, Professora).

Como podemos observar, as entrevistadas reconhecem o princípio educativo em que foram formadas, onde é através de suas ações e reflexões que as práticas pedagógicas do MST partem, na qual associa a educação com a formação de sujeitos sociais, a partir de sua dinamicidade nos “processos políticos, econômicos e socioculturais”⁹. As práticas da

⁸ CALDART, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 2000, p. 207.

⁹ CALDART, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 2000, p. 200.

educação do MST são fundamentadas nas ações do próprio movimento dos sujeitos, estes que se humanizam e se tornam cada vez mais sujeitos sociais a partir da luta que desencadeiam.

O processo educativo do Movimento se faz a partir de seus objetivos, princípios e valores, ao mesmo tempo em que os sujeitos gradativamente refletem sobre tais questões, bem como sobre seu trabalho histórico (CALDART, 2000).

Deste modo, os processos educativos fundamentais da formação humana do Movimento estão ligados a pedagogia da luta social, visto que ele tem sua formação a partir de uma luta social pela sobrevivência, que compreende a vida ou a morte. Caldart (2000, p.209) afirma que: “A luta está na base da formação dos sem-terra, e é a vivência dela que constitui o próprio MST”. Portanto, as conquistas são frutos da luta, esta que forma os sujeitos, desta forma tem como uma estratégia pedagógica do MST a permanência dos sem-terra em constante condição de luta.

Segundo Arroyo (2003, p. 31), é a partir da busca por condições de sobrevivência que os indivíduos lutam nos movimentos sociais, e nesta constante batalha forma-se a consciência de seus direitos e a efetivação dos mesmos, reconhecem que são sujeitos de direitos. “A consciência dos direitos se radicaliza na inserção na produção e se amplia nas lutas pela inserção nos serviços básicos para a reprodução digna da existência”. Aqui o autor destaca mais uma aprendizagem que se adquiri no interior do movimento de luta social que é o aprendizado dos direitos, este que é bem colocado nas falas das entrevistadas como algo significativo não só em suas vidas, mas de toda sociedade, bem como no processo de libertação e emancipação dos sujeitos.

O MST puxa a educação não pra te alienar como as pessoas falam, ele puxa pra te ser alguém na tua vida pra te saber e ir direto onde é teu direito e até onde tu tem o teu direito, porque tu tem o dever, então a gente aprende a associar essas coisas, não é porque eu sou do movimento que eu vou invadir ali, eu tenho direito a partir do momento que eu souber o que é que eu tô fazendo (Conceição servente e agricultora).

Toda minha formação pedagógica foi na escola de assentamento, que a gente foi aprendendo a dinâmica de organização, de organicidade, foi compreendendo que nós somos sujeitos de direito, e ao mesmo tempo que precisa buscar esse direito, tendo protagonismo, e essa educação libertadora que a gente precisa libertar, o conhecimento tem que ter essa finalidade de libertar, emancipar, de transformar a vida das pessoas (Joana, professora).

Vendramini (2000) salienta que o MST possui um protagonismo transformador, como lugar de socialização política, ele possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras o

conhecimento adequado de coletividade, organização, negociação, participação, assim como a construção de uma identidade social, e principalmente a consciência de seus direitos e percepção crítica de mundo.

Destarte, a proposta do Movimento é por uma educação transformadora, que vise a autonomia dos sujeitos, vai de contra aos interesses da classe dominante. Paulo Freire (2001), afirma que é necessário garantir uma educação que não priorize somente a leitura das palavras, mas a leitura de mundo também, proporcionando uma interação do sujeito com a sua realidade.

A educação libertadora parte do diálogo, esse é um dos elementos que produzem a conscientização, esta que provoca a saída da condição de oprimido e promove sua libertação, resultando na transformação social, portanto “o diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida a dominação e reduz a obscuridade, ao afirmar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura” (FREIRE; SHOR, 2008, p. 123). O autor ainda coloca que é através da práxis (ação-reflexão-ação) que os indivíduos se conscientizam, se libertam e constroem o conhecimento, tendo como ponto de partida a análise crítica do meio em que vive.

Assim, as falas das entrevistadas revelam que o MST se constitui em um movimento que tem significativa participação na formação de sujeitos conscientes, deixando evidente o quanto a sociedade pode aprender através de suas práticas pedagógicas, tendo em vista seus valores, respeito, e preocupação com uma educação emancipadora. O subcapítulo seguinte tratará mais precisamente da educação escolar a partir das propostas pedagógicas dos movimentos sociais, em especial o MST.

4.2. Educação do campo

O MST em sua história percebeu que não bastava apenas lutar por terra, pois para se conquistar a cidadania plena deveria lutar também pela educação formal¹⁰, no entanto, o Movimento percebeu que o campo educacional não se apresentava planejado e organizado para atender as demandas dos povos do campo. Deste modo, as entrevistadas revelam que o MST sentiu a necessidade de lutar por outra forma de educação, que compreendesse a sua pedagogia que é voltada para a formação humana, construindo assim os seus princípios filosóficos e pedagógicos expressos em seus materiais.

¹⁰ Segundo Gohn (2006, p. 3), “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados”.

Nesse percurso da luta pela terra ele compreendeu os sujeitos, compreenderam que eles também precisavam lutar por uma educação, uma educação que desse conta de formar aqueles sujeitos transformadores da história, porque as escolas formais estavam muito tradicionais, bancarias e não é esse formato que se consegue a transformação social (Joana, professora).

Assim, toda escola que é fundada pelo movimento procura seguir os princípios do movimento pedagógico e filosófico (Maria, aposentada).

Desta forma, o MST juntamente com outros movimentos, que lutam por uma educação que atenda os povos do campo, amparados por “universidades, instituições nacionais e internacionais e por setores das diferentes esferas do governo” (CRUZ, 2010, p. 266) elaboraram o movimento “Por uma Educação do Campo”¹¹, que possui como objetivos:

Mobilizar o povo que vive no campo, com suas diferentes identidades, e suas organizações para conquista/construção de políticas públicas na área da educação e, prioritariamente, da escolarização em todos os níveis; e contribuir na reflexão político-pedagógica da *educação do campo*, partindo das práticas já existentes e projetando novas ações educativas que ajudem na formação dos sujeitos do campo (KOLLING et al, 2002, p.12).

Deste modo, torna-se imprescindível mobilizar e organizar os moradores e moradoras do campo, sobretudo no que tange a luta de políticas públicas por uma educação do/no¹² campo que respeite a diversidade presente neste ambiente, tendo em vista a representação e desenvolvimento de um processo educativo e formativo, pois é através das vivências individuais e coletivas dos sujeitos que o processo de educação é formado num movimento de desconstrução e reconstrução, como afirma Saviani (1994, p. 152), “Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educam e educam novas gerações”.

O conceito de educação do campo foi construído em contradição a educação rural, visto que esta vem de um projeto que não considera o sujeito do campo como sujeito de direito, mas como alguém atrasado que não necessita de escolarização. Para Cruz (2010, p. 266) a educação do campo “se fundamenta em uma nova concepção de campo e busca

¹¹ “O movimento “Por uma educação do campo” é um coletivo nacional constituído por diferentes movimentos sociais do campo que debatem e discutem uma proposta de educação para a população do campo que prime pelas suas especificidades culturais, sociais e econômicas” (Silva Júnior; Netto, 2011, p. 46).

¹² *No*, pois os moradores do campo têm direito a uma educação no espaço onde vive, e *Do*, pelo direito da participação desses sujeitos na construção de uma referência pedagógica relacionada com sua história e cultura (CALDART, 2009).

contribuir com a construção de um modelo de desenvolvimento mais incluyente, onde o espaço rural de fato significa um bom lugar para viver e trabalhar”. Assim, não é somente uma troca de nomenclaturas, mas pautada na construção e formação dos sujeitos, considerando suas peculiaridades e a forma de desenvolvimento no campo, que vão de contra com a produção do agronegócio que não tem espaço para o trabalho do camponês. Deste modo, as entrevistadas salientam a importância dessa educação que visa a formação para vida, construída em conjunto com os sujeitos do campo e não para eles, bem como a relação de produção com a educação, tendo em vista um novo projeto saudável e sustentável para o campo.

Hoje o movimento luta em prol da educação, pra que ele se forme e tenha outra visão, poder tá discutindo muito mais além, porque só a força só o trabalho faz formar pessoas dentro do assentamento capazes de dar continuidade da luta e ter uma vida diferente, porque a educação é muito importante (Maria, aposentada).

Então essa questão da educação, uma educação que seja do campo, construída pelos sujeitos do campo, que os sujeitos também possam discutir uma produção sem uso de agrotóxico, baseada nos princípios agroecológicos, uma consciência de cooperação de solidariedade, de difusão das sementes, de segurança alimentar e do próprio patrimônio dessa questão produtiva (Joana, professora).

A educação do Campo não se limita apenas ao espaço escolar, mas em torno de toda comunidade, visto que ela está pautada também em um novo projeto de desenvolvimento do campo. Cruz (2010) ressalta o trabalho e a cultura como base da formação da educação do campo, e que são estes que sustentam o seu projeto político e pedagógico. Caldart (2004, p. 8) reitera que “a educação do campo nasceu colada ao trabalho e à cultura do campo”, logo não pode dissociar-se do seu projeto. Desta forma, essa nova concepção de educação abrange a relação de cultura, trabalho e formação, visto que “o trabalho produz o ser humano”, sendo este colocado pela autora como um princípio educativo, e a cultura por sua vez se manifesta na “ação educativa do trabalho”. Portanto, é através dos processos culturais e de produção que os sujeitos educam uns aos outros.

No entanto, no que tange a aplicabilidade da Educação do Campo na escola Roberto Remigi do assentamento João Batista II, as entrevistadas frisam que a mesma não acontece de forma efetiva, os desafios ainda são grandes, contudo, na luta contra essas questões elas se esforçam para pôr em ação as práticas pedagógicas da Educação do Campo na comunidade, visto que a educação não acontece somente no espaço da escola.

Hoje a gente ainda mantém nessa escola, tá um pouco deturpado porque é uma escola que não é 100% no movimento, ela é uma escola que tá dividida, ela tá mais pra escola tradicional, ela vem de uma direção lá de fora, a gente tenta botar nas brechas alguma coisa, mas uns aceitam outros não (Maria, aposentada)

O nosso objetivo é que a escola continue agregando com as discussões mais amplas da comunidade, não uma escola que discuta apenas o pedagógico, mas que ela abra esse espaço de discussão que ela aglutine pessoas pra discutir sobre o seu destino, sobre os desafios que a sociedade trás (Joana, professora).

As entrevistadas ressaltam que a escola se baseia em um modelo tradicional de ensino, este que ainda é muito engessado, ressaltam ainda que a escola por ser administrada pelo município de Castanhal deixou de voltar seus conteúdos para a formação do sujeito do campo, onde a maioria dos professores vem da cidade, somente duas professoras são do assentamento e formadas para atuar nas escolas do campo. Contudo, visualizamos o anseio das informantes em estabelecer uma Educação do Campo neste espaço inserindo no debate não apenas o conteúdo escolar, mas toda comunidade. Preparando o aluno para a vida, assim repensando o modelo eurocêntrico de educação, que invisibiliza as diferentes realidades presentes no campo. Entretanto Gramsci (1989) resalta que é preciso repensar a história do homem real e concreto a partir de seu cotidiano repensando o mesmo com todos os setores da sociedade na busca de transformação da mesma. Assim, Cruz (2010), reitera que a Educação do Campo tem como responsabilidade de “contribuir com o estreitamento dos laços que unem as práticas pedagógicas escolares e não-escolares com os desafios e possibilidades, do presente e do futuro, que marcam a existência dos homens e mulheres, das crianças, jovens e adultos do campo”.

Caldart (2004, p. 6) compreende que a Educação do Campo para se consolidar de forma mais efetiva, necessita de uma universalização, pois apenas com projetos e programas ela não se realiza na sua totalidade, a autora afirma que para a educação se universalizar é necessário transformá-la num sistema público, onde a luta concerne “no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizar o acesso de todo o povo do campo à educação”. Portanto, para a conquista de mais espaços é necessário que haja um contínuo processo de organização e proposições dos movimentos sociais, trazendo a tona debates públicos que visem um projeto de universalização da educação.

Em vista destes diálogos, não podemos deixar de considerar a significativa participação das mulheres no debate de políticas públicas de qualidade, sobretudo no que

tange a educação como importante ferramenta de transformação social. Tendo em vista que foi a partir da preocupação com a escolarização das crianças dentro dos movimentos, como no caso do MST, que a pauta da educação foi inserida. As mulheres também tinham consciência que seu empoderamento partia de um processo educativo.

4.3. O Empoderamento feminino

O termo de empoderamento segundo Baquero (2006), diz respeito a indivíduos que são capazes/dispostos de desenvolver habilidades que lhe garantem poder em consequência de seus esforços, alcançando autocontrole e tornando-se empoderados. O autor ressalta que a consequência do empoderamento é que os sujeitos são despertados para o conhecimento e exercem controle sobre suas forças, sendo capazes de produzir ações que ajudam na melhoria das condições sociais, assim transformando o meio em que vive, nestes termos pode ser colocado na condição de emancipação pessoal, visto que parte de cada indivíduo.

Deere e León (2002, p. 52), ressaltam que para se alcançar a equidade entre homens e mulheres é necessário “uma transformação do acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher”, e ao passo que ela se empodera as relações de gênero são transformadas, ocasionando o alcance de homens e mulheres serem tratados de forma igualitária. Ainda segundo o autor, o empoderamento feminino provoca transformações em toda família, pois a mulher contribui com opiniões, escolhas, assim consentindo tomadas de decisões no ambiente familiar, bem como na comunidade. Em relação a tomadas de decisões e empoderamento as entrevistadas são unânimes em colocar que as mulheres tiveram uma participação expressiva nas conquistas do Assentamento, bem como eram ativas nas tomadas de decisões, muitas vezes se colocavam a frente das discussões, onde conquistaram voz e vez.

A mulher estava lá, a mulher era coordenadora de núcleo, a mulher fazia parte da comissão pra ir à secretaria pra discutir nossos desejos, e sempre presente [...] Não tinha uma discriminação, há o homem vai pra luta, o homem é o forte não, as mulheres sempre foram pras mesas de discussões com prefeito, com secretário, sempre representaram a comunidade (Joana, professora).

As mães elas sempre que havia reuniões, assembleia, era a maioria presente, tendo voz, vez, se era pra ir pra rua fazer uma mobilização, as mulheres eram as primeiras a arrumar as panelas, as crianças e esta na luta sempre (Sônia, professora).

A conquista dela foi 80%, foi muito importante, elas tem um papel fundamental, elas estão a frente das lutas, das discussões e nos espaços profissionais elas tem papel fundamental, assim de participar mesmo [...] Tem uma reunião, mulher lidera, e tem algum movimento dentro do assentamento mulher lidera, homem não vai, quando vai fica parado escutando, e a mulher vai pro embate, discute e encaminha e as meninas que tão se criando já tão nesse ritmo de discutir é o poder de decisão, mulher, homem não (Maria, aposentada).

Percebemos nas falas o poder de conquista das mulheres, visto que elas não se colocavam como dependentes de seus companheiros na busca por melhores condições de vida, pelo contrário, na maioria das vezes se colocavam a frente dos debates, fatos que demonstram seus empoderamentos. Tendo em vista que são mulheres formadas dentro do MST que desde sua fundação a categoria já lutava pela participação em todos os níveis de instância de poder. Luta que foi conquistada com a inclusão de suas demandas nas Normas Gerais do Movimento definidas no ano de 1989 que são: a participação das mulheres deveria ser estimulada em todos os níveis; o combate a qualquer forma de discriminação e a luta contra o machismo; o estímulo das comissões de mulheres nos acampamentos e assentamentos no intuito de tratar problemas específicos, além do estímulo à participação do MST em outros movimentos de mulheres (MST, 1996).

As mulheres conquistaram espaços dentro do Movimento e na sociedade, no entanto, ainda continuam exercendo as tarefas do espaço privado conciliando com o espaço público, ocasionando as suas duplas, triplas e até quadruplas jornadas de trabalho. No que tange essas questões as entrevistadas expõem os incansáveis trabalhos das mulheres no Assentamento, onde algumas funções ainda continuam invisibilizadas tanto pelos companheiros quanto pela sociedade.

Acho imprescindível essa questão da mulher esta sempre puxando a luta, porque parece que é incansável, a mulher é dona de casa, é militante, ela é mãe, esposa, companheira e está sempre encorajada nesses momentos a fim de seguir a luta, não parar, não desistir. (Sônia, professora).

Então o protagonismo é muito forte, ainda hoje é forte, a gente vê muitas mulheres ai que enquanto alguns homens dizem que elas apenas ajudam em casa, porque trabalha com costura, com artesanato e a gente sabe que muitas vezes a renda é maior do que a do próprio esposo, porque ela consegue fazer várias coisas, ela consegue costurar, fazer artesanato, fazer uma faxina na cidade, raspar mandioca na casa de um amigo em troca da farinha, a mulher ela é muito dinâmica, ela tem um protagonismo muito grande, nas igrejas ela tem protagonismos, na escola, na comunidade, as mulheres são protagonistas aqui (Joana, professora).

As entrevistadas revelam as duplas jornadas de trabalho que as assentadas exercem, bem como seus protagonismos nas direções dos espaços públicos para a melhoria das condições do Assentamento, porém em alguns casos essas tarefas não são reconhecidas pelo companheiro. A mulher é sobrecarregada, exerce parte da função da produção, das demandas da comunidade e o trabalho doméstico, dificultando sua autonomia, porém estes fatos não desconsideram as suas conquistas, visto que se tem um sentimento de liberdade, de alforria, motivo pelo qual elas não desistem de buscar conquistar mais espaços. Brumer (2005) ressalta que os assentamentos são importantes lugares ao estudo de gênero, pois sua construção social é baseada nas transformações das condições sociais, tendo em vista as significativas cobranças da modernidade, se amplia a necessidade da mulher rural possuir serviços para alcançar renda, sendo que o trabalho “extra” também lhe causa certa independência em relação ao companheiro.

4.4. Organização Política das mulheres

Em termos de organização político-social o Assentamento João Batista II atualmente encontra-se dividido, no entanto, nem sempre foi assim. Quando conseguiram a posse da terra no ano de 2002 havia uma organização significativa no local, as famílias eram organizadas em Núcleos de Base¹³, esse sistema organizacional perdurou por seis anos, sendo destituído por volta de 2008, visto que encontrava-se enfraquecido devido a uma ruptura política¹⁴ que ocorreu em 2005. Devido a essa ruptura formou-se no assentamento a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), outro tipo de organização, como consequência houve o enfraquecimento político e dos Núcleos de Base, estes que formavam a base estrutural do assentamento (SANTANA, 2013). Essas desarticulações também afetaram a organização política das mulheres, visto que elas tinham como referência a esposa de um dos organizadores do assentamento, este que fundou outra associação, as entrevistadas

¹³ Um mecanismo de participação interna do assentamento, o qual compreende “Cada família como se fosse um raio na roda da bicicleta, se um deles estiver folgado, a roda entorta.” (MST, 2005, p. 09). Esses Núcleos de Base se caracterizavam como instância máxima da gestão popular dos assentamentos, possibilitando um elo entre a base e as outras estruturas do movimento, fortalecendo a democracia interna, uma vez que garantiam que as decisões fossem discutidas e deliberadas pelas famílias.

¹⁴ Essa fragmentação política se materializou em três associações: Associação de Produção e Comercialização João Batista APROCJOB, primeira organização que agregava os assentados ligados ao MST; A Associação Comunitária dos Agricultores do assentamento João Batista ACAJOB, a qual está ligada à FETRAF; existe ainda uma terceira organização a COOPAP, única cooperativa do assentamento. Contudo, essas três organizações, as quais são rivais, também se encontram enfraquecidas, endividadas e, por muitos desacreditados, resultando em um problema de gestão e organização do assentamento (SANTANA, 2013).

relatam abaixo sobre esse contexto de individualidade e desorganização no assentamento e consequentemente das mulheres.

Ouve uns desvios e teve um racha, então ele criou uma outra associação, aí a partir desse momento as coisas desandaram aqui dentro. Então a mulher dele ela era uma das pessoas que organizava as mulheres aqui dentro, e as coisas ficaram muito divididas cada um foi pra um lado, porque eles eram referência, ela era referência (Maria, aposentada).

Nós estamos sem organização política, é fato te dizer isso, mas no início quando a gente tinha uma organização de coordenação dos assentados ela tinha uma presença mais viva, mais firme (Sônia, professora).

Hoje em dia tá como eu tô te falando, teve o racha e a gente tá meio desanimada. Agora o que eu aprendi pelo movimento eu vou atrás dos meus direitos (Conceição, servente).

Apesar das fragmentações no processo organizativo do assentamento, as famílias durante o acampamento e nos primeiros anos de assentamento, alcançaram diversas conquistas a partir de sua organicidade e trabalhando em coletivo, com a participação de todos e todas. Observamos na fala de Dona Conceição que apesar das individualidades e fragmentação política, ela não esquece da formação que obteve dentro do Movimento, visto que a sua identidade é de “Sem Terra”. Percebemos também dois momentos de participação das mulheres, durante e depois do acampamento quando conquistam a terra e seus lotes e passam a ser assentadas. Sobre esses momentos a entrevistadas revelam que a participação das mulheres era bem mais intensa na fase de acampamento e início de assentamento comparado aos dias atuais, onde as ações se concentram mais na escola.

A organização política, eu acredito que hoje da forma que existia não tem... dentro de toda essa questão de briga política as pessoas simplesmente achavam que, “há já tenho minha casa tenho meu lote então vou viver a minha vida, não preciso mais lutar por casa nem terra”, então parou estagnou e ficou por um tempo assim... os espaços de formação política hoje da mulher está muito restrito, está na escola de forma muito insuficiente, não política nossa (Joana, professora).

Hoje em dia não vejo as mulheres atuando em nenhuma frente, o muito que elas fazem ainda, aquelas que se envolvem é a reunião quando há, uma reunião geral da associação junto com o esposo, o companheiro ela quer saber como é que andam as questões INCRA, bancos, dívidas, projetos... Enquanto acampamento e nos dez primeiros anos de assentados era, era intenso, por exemplo 8 de março era uma data histórica aqui no nosso calendário, dia internacional da mulher. Então, as mulheres sabiam que aquela data ia ter mobilizações,, hoje em dia até o 8 de março não se tem

nada, se a escola não se mexer um pouquinho pra fazer alguma ação localizada, não existe nada nesse sentido pras mulheres (Sônia, professora).

Sobre a participação das mulheres na vida política do assentamento atualmente Abramovay e Rua (2000), ressaltam que a maioria das mulheres não participam ativamente das reuniões, e quando se encontram nesses locais de discussão participam apenas como espectadoras. São dois contextos de participação das mulheres o de acampamento e assentamento, a respeito dessa questão Gonçalves (2005) diz que o acampamento é o ambiente onde são rompidos os limites entre papéis de homens e papéis de mulheres, construídos socialmente, estes que se modificam, havendo uma ruptura nessas relações que dão espaço aos lugares dos que “resistem, militam e lutam”. Segundo a autora, as mulheres durante a ocupação transitam do espaço privado para o público, modificando o modelo construído pela sociedade, as relações no acampamento se dão de maneira coletiva com objetivos comuns que é conquista da terra e condições para viver nela. Entretanto, na fase de assentamento acontece o oposto, pois a mulher volta a ter como prioridade o espaço privado deixando para segundo plano o espaço público.

Fernandes (2009, p. 216) reitera que uma das primeiras conquistas da mulher é a casa, local onde desempenhará suas atividades e praticará seus “pequenos poderes”. O autor evidencia que embora a mulher participe das questões públicas ela terá que conciliar com as atividades domésticas “o que também contribui para a resistência das mulheres à participação na vida política”. O MST em relação as suas discussões sobre o assunto gênero o coloca em evidencia tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos, com o objetivo de que homens e mulheres participem de maneira igual nas atividades, entretanto, não é simples desconstruir o que foi socialmente construído e naturalizado, sua desconstrução se dá em passos lentos, visto que perpassa por um processo educativo (MST, 2005).

Apesar das divisões políticas no assentamento João Batista II, as mulheres em relação aos seus interesses particulares, de libertação do ambiente privado, se unem por um bem comum. As entrevistadas relatam sobre uma pequena mobilização das mulheres para construir um espaço voltado para elas.

Agora a gente tá querendo resgatar, fazer um... Organizar a mulher, hoje foi o começo ali embaixo, pra gente vê se consegue um local, lá onde era a antiga escola, o barracão, a gente quer vê se faz alguma coisa lá, e vamos fazer se Deus quiser [...] Agora a gente tá mais dispersa, porque é cada um cuidando dos seus afazeres, mas quando a gente começa agora a mobilizar, vão se juntando, a gente vai conversando, vendo nossos direitos, nossas conquistas (Cristina, ASC).

É mais fraca, no modo assim que teve o racha, mas se uma chamar a outra não tem quem segure, pode ser da associação A, B, C, que se une na hora, não tem diferença de nada (Conceição, servente e agricultora).

O espaço será construído no terreno do antigo barracão, local onde funcionava a antiga escola. Em termos de uma frente em organização política elas não estão organizadas, porém quando é algo que visa as suas particularidades enquanto mulher elas se organizam. Deste modo, se observa no contexto do assentamento que tem a necessidade de uma referência para discutir o seu processo organizativo, visto que todo processo foi destituído, para então seguir com mais conquistas, pois sabe-se que somente com a união e participação de todos e todas que as melhorias acontecem.

4.5. Mulher e educação

A presente categoria tem como objetivo valorizar a importância do papel da mulher nas conquistas educacionais do assentamento João Batista II, tendo em vista sua significativa contribuição na mobilização das mulheres e de toda a comunidade. As entrevistadas relatam a intrínseca relação que elas possuem com a questão da educação, onde suas ações são evidenciadas desde o acampamento, tendo em vista suas práticas na formação de sujeitos conscientes de seus direitos, bem como suas buscas por conhecimento, pois elas reconhecem que é somente através da educação (que valoriza os sujeitos), que as transformações sociais acontecem.

Teve uma época que a mulherada toda foi estudar e eu fiquei aqui, aí eu já tinha feito magistério, aí saiu a Ângela, saiu um bocado, aí eu fiquei na direção da escola, aí eu trabalhei 1 ano aí, depois elas voltaram do estudo e deram continuidade, mas eu sempre participei da educação desde o primeiro dia que eu entrei (Maria, aposentada).

A mulher ela foi muito importante na educação, porque alguns exemplos de algumas mulheres, inclusive minha mãe, elas se dedicaram totalmente pra iniciar isso que você vê hoje... que acreditavam que era possível que criança sem terra pudesse ter acesso a uma educação que se diga de qualidade, de qualidade do nosso jeito que desenvolvesse as habilidades que esse sujeito pudesse se perceber como sujeito de direito e que fosse capaz de lutar pra conquistar seus direitos (Joana).

Nota-se uma inquietação das mulheres em busca de outras formações para o mercado de trabalho, entretanto cabe destacar que este processo contribui significativamente para desconstrução de ideologias machistas que permeiam na sociedade até os dias de hoje. O

empoderamento como todo processo educativo é realizado de forma gradativa e lenta, decorrente de um amplo processo de conscientização ético-política, onde o coletivo tem um papel importante na superação das condições de subordinação das mulheres dentro da sociedade. Assim, Freire (2001) ressalta a necessidade da prática educativa na efetiva transformação da sociedade, de modo a problematizar a realidade concreta dos indivíduos oprimidos e os desafia a agir.

Deste modo as mulheres vêm colocando em pauta suas lutas contra o sistema patriarcal e as diversas formas de opressão que o mesmo possibilita dentro da sociedade capitalista, motivada pela práxis pedagógica dos sujeitos, ou seja, a ação e reflexão. Neste sentido, a educação surge como uma ferramenta muito importante no processo de mudança de ideários que estão fortemente enraizados na sociedade, assim as mulheres do assentamento entendem que a educação é um direito indispensável dos sujeitos, pois a partir desse direito eles conquistarão outros direitos, como também possibilitar oportunidades de participação, responsabilizando-se por construir uma sociedade mais justa.

4.6 “Hoje mulher é a vida desse assentamento”: Protagonismo da “Mulherada” na Conquista da escola Roberto Remigi

Dar visibilidade ao protagonismo das mulheres nas conquistas do assentamento principalmente em relação a educação consistiu em uma das metas deste estudo. Durante a pesquisa não houve dificuldades em encontrar vozes femininas, visto que elas tiveram um expressivo protagonismo nestas questões e são “a vida do assentamento”.

A educação sempre foi uma das principais pautas do MST, assim quando se iniciou as mobilizações para a ocupação do local onde hoje se localiza o João Batista II, logo organizaram a escola itinerante e quando ocuparam a fazenda utilizaram o seu barracão como escola improvisada, ela atendia os anos iniciais do ensino fundamental, bem como a EJA (Educação de jovens e Adultos) e o ensino médio. A escola funcionou nesse espaço cerca de quase sete anos, desde 2000 até 2007, pois sua estrutura era de madeira e já estava sem condições de uso, então para pressionar a prefeitura na construção de um prédio a comunidade se mobilizou e ocupou três casas na vila, com o consentimento das famílias, pois elas estavam morando nos seus lotes como relatam as entrevistadas.

A escola, a gente ocupou primeiro aqui o barracão, a gente trabalhou no barracão 2000, 2001, 2003, tudo pela escola, quando foi em 2007 a escola

tava caindo aos pedaços, o barracão. Ai nós fizemos uma discussão dentro do coletivo de educação que a gente ia ocupar as casas próximas, eram duas casas que estavam fechadas a gente ocupou, ocupamos 3 casas, e essas 3 casas a gente trabalhou de educação infantil ao quinto ano e trabalhamos o EJA e o médio nas casas, isso pra forçar o poder público na construção da escola, a gente não desistiu, dava aula nas casas, eles iam fazer visitas e agente tava dando aula normal (Maria, aposentada).

A escola foi construída através de esforços, de muita luta, pra forçar mesmo o poder público. Quando chegamos aqui funcionou num barracão improvisado que tinha aqui na fazenda, esse barracão foi melhorado e ai a escola funcionou por um determinado tempo, quando não deu mais, e a gente pra pressionar a prefeitura ocupamos casas, as casas dos assentados que passaram a residir no lote. Então as casas ficavam vazias aqui na vila, então a gente teve que ocupar essas casas transformá-las em salas de aula, espaço da escola, três casas e chamar a imprensa pra denunciar o descaso, porque a gente já estava com mais de dez anos funcionando no barracão, onde quando chovia não tinha como trabalhar, as crianças molhavam os cadernos, tinha infestação de ratos, baratas no local por ser muito antigo (Sônia, professora).

A luta foi grande na conquista de um espaço digno para se estudar, assim Caldart (2002, p. 26) define essa conquista como “luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo”, pois eles têm o direito de estudar no local onde moram e que essa educação seja de acordo com sua realidade e participação. Os assentados e assentadas conseguiram o prédio, então a escola passou a ser denominada de Roberto Remigi¹⁵. No decorrer da pesquisa que as lutas e cultura do MST, com o prédio atual, não são fortemente ensinadas na escola, ocasionando uma invisibilidade de identidade dos sujeitos.

Cabe destacar que na conquista da escola as mulheres tiveram papel importante, visto que atuaram como protagonistas dessa luta. Sobre as mobilizações as entrevistadas são unânimes em suas falas em colocar a mulher como chave para o início da luta.

Então as mulheres foram as primeiras, protagonistas nesse processo de incentivar, porque era importante pros filhos, saber que os filhos não poderiam ficar sem estudo, sem educação e a escola é um desses espaços importante na formação do ser humano... elas foram as primeiras a dar força, a apoiar, a está junto e disposta, se for pra ocupar a prefeitura a gente vai, vai com nossos filhos fazemos um barulho, levamos panelas, colher, panelão... só que não foi preciso ocupar a prefeitura, a pressão aqui dentro deu resultado lá fora. (Sônia, professora).

¹⁵ Foi denominada em homenagem a um italiano cujo nome era Roberto Remigi, ele trouxe um projeto que ajudou na alimentação das crianças do assentamento, foi uma figura muito importante principalmente para escola.

Elas foram fundamentais, foi através das mulheres que a gente começou a dá o ponta pé inicial (Maria, aposentada).

Foi mais as mulheres, foi só as mulheres, o Nestor era só pra tá olhando, era o Nestor e a mulherada (Conceição, servente agricultora).

Percebemos nos relatos a importante mobilização das mulheres na construção de uma escola digna não só para seus filhos, mas para todas as crianças da comunidade, tendo em vista que as mulheres foram as primeiras a debaterem sobre a importância de ter uma escola no interior do assentamento, contudo seu protagonismo não está presente só neste momento, cabe falar que as mulheres foram fundamentais no processo de luta e construção do barracão onde primeiramente funcionou a escola, estando sempre à frente da organização e ação do movimento dentro do assentamento em busca de uma educação de qualidade e que contemple seus direitos enquanto sujeitos históricos.

Deste modo Caldart (2000, p. 145) afirma que historicamente a ocupação da escola tem três significados, contudo cabe ressaltar o primeiro que é pertinente a participação das mulheres na luta pela educação, onde ressalta a mobilização das famílias para a conquista de uma escola que consiga fazer a diferença na vida de seus filhos. Destaca ainda que “as primeiras a se mobilizar foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do movimento. Aos poucos, as crianças vão tomando também lugar.” Ainda, de acordo com a autora é partir desta ação que surge a relação do MST com a educação escolar. A autora também enfatiza a significativa participação das mulheres em pressionar o MST para a construção de propostas pedagógicas específicas para as escolas conquistadas, além de proporcionar formação de educadores que trabalhassem sobre este viés de educação.

A partir da consolidação da escola dentro do assentamento, o movimento estabeleceu alguns objetivos atinentes às demandas do MST, que eram segundo as entrevistadas:

A intenção naquele momento era que todas as famílias permanecessem com seus filhos matriculados aqui pra conseguir a construção da escola e permanecer, que os filhos tivessem o direito de estar numa escola aqui mesmo, não tem que sair daqui pra estudar fora. (Sônia, professora)

Eu acho que a escola é um espaço de encontro, quando a gente fala em escola as pessoas ficam sensibilizadas com vontade de participar. (Conceição, servente e agricultora)

Neste primeiro momento o principal objetivo era que todas as crianças e jovens estudassem no assentamento, evitando que os mesmos se deslocassem à “cidade” para estudar, conseguindo efetivar seu direito de estudar em uma escola próxima a sua residência

como é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na lei 8069/90, Art. 53. Dentre outros objetivos do Movimento a escola ganha também um caráter político, pois com a formação dos sujeitos consegue-se estender bandeiras do movimento como a Reforma Agrária.

Sendo assim, a educação assume um papel importante no processo de emancipação destes sujeitos. No decorrer de consolidação da educação no interior do assentamento, é necessário frisar o significativo papel das mulheres na organização e concretização da escola Roberto Remigi, pois as mesmas participaram de forma efetiva nesta conquista. Portanto, as mulheres revelam seu protagonismo em todas as lutas históricas do MST, sobretudo no que tange a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada objetivou analisar o protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal-Pa. O estudo revelou que a relação das mulheres com a educação esteve fortemente presente desde o acampamento, sendo que neste período a imagem feminina se encontrava a frente dessas questões, pois as mesmas compreendem a necessidade da educação para formação de sujeitos capazes de transformar a realidade em que vivem. Verificamos no decorrer desta pesquisa a importância deste estudo para esclarecer o significativo papel da mulher dentro da sociedade e suas lutas diárias em busca de mais igualdade e respeito.

As mulheres assentadas que articularam e dialogam com os movimentos educacionais no local, mobilizam toda a comunidade em prol de melhorias na estrutura e qualidade de ensino das crianças, adolescentes e jovens, evidenciadas na criação do coletivo de educação do assentamento.

No período da pesquisa houve algumas dificuldades relacionadas a distância do lócus de estudo, visto a minha mudança de cidade e entrada no mercado de trabalho, tendo pouco tempo disponível para as visitas no assentamento, deste modo, no decorrer da análise dos dados surgiram outras questões que precisariam ser mais discutidas no intuito de obter um estudo com informações mais precisas.

A questão que me refiro é a da direção da escola Roberto Remigi, pois senti a necessidade de informações sobre a proposta de educação do estabelecimento, tendo em vista os relatos das lideranças que afirmaram que com o prédio escolar sobre a responsabilidade da prefeitura havia se ofuscado as propostas de educação segundo o movimento. Além do relato

das entrevistadas e a observação dessas questões se confirmarem, a direção da escola não foi entrevistada no decorrer da pesquisa, pois esta questão foi levantada durante as entrevistas com as lideranças do assentamento.

Em relação aos movimentos sociais e educação, a pesquisa revelou que os sujeitos do assentamento foram formados dentro do MST, deixando em evidencia seus princípios educativos que se compreendem na formação humana dos sujeitos. As lideranças entrevistadas ressaltaram suas experiências de formação dentro do Movimento, confirmando o seu princípio educativo, tendo em vista a constante luta por seus direitos. Assim, é possível concluir que o MST é estabelecido como um movimento que possui significativa contribuição na formação de sujeitos conscientes de seus direitos, ficando evidente o quanto a sociedade pode aprender com suas práticas pedagógicas.

Nas questões sobre a educação do campo, é perceptível a luta das assentadas em conciliar as aprendizagens do Movimento com os conteúdos escolares, tendo em vista a pouca abertura que o sistema educacional possibilita, entretanto, as mesmas não desistem e lutam para colocar em prática as ações pedagógicas aprendidas através do MST, introduzindo no debate da escola toda a comunidade.

As entrevistadas também relataram sobre o empoderamento das mulheres, sua gama de saberes e suas vivências nas conquistas do assentamento, revelando que tinham e tem o poder de decisão, onde na maioria das vezes se colocavam a frente das discussões, conquistando assim espaços antes ocupados apenas por seus parceiros. Porém, também evidenciamos que a ocupação de novos espaços não descarta os que já ocupavam, acarretando duplas funções que muitas vezes não são reconhecidos, entretanto esse é mais um desafio que elas estão prontas para enfrentar.

No que tange a organização política das mulheres no assentamento, foi elucidado que elas estão menos articuladas, devido as divisões político-sociais dentro do assentamento. Entretanto, embora haja a fragmentação no processo organizativo do assentamento, as entrevistadas relataram que elas eram bem mais ativas no período de acampamento e nos primeiros anos de assentamento, esse fato revela que durante as ocupações as mulheres têm como prioridade coletiva a conquista da terra, tendo assim que se envolver na vida pública, no entanto quando conquistam seu lar sua prioridade é voltada novamente ao espaço privado, deixando para segundo plano a vida pública. Todavia, no momento em que há algo que envolva suas particularidades enquanto categoria de mulher, elas se libertam do ambiente privado e unem-se em prol de um bem comum organizando-se. Diante disso, percebemos que

há a falta de uma reorganização coletiva das mulheres no intuito de conquistar mais espaços e empoderamento.

As mulheres do assentamento João Batista II, contribuíram significativamente nas conquistas do referido local, principalmente as voltadas à formação dos sujeitos, deixando claro a sua histórica relação com a educação. Tendo em vista que a educação é um importante meio para o processo de transformação de conceitos enraizados na sociedade, onde as assentadas a compreendem como um direito fundamental dos sujeitos, pois é através dela que é possível construir uma sociedade mais justa.

No que tange ao protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do assentamento destacamos a mobilização destas na construção de um prédio digno à escolarização dos sujeitos assentados. Segundo os relatos das entrevistadas as mulheres foram as primeiras a se mobilizarem, onde iniciaram o debate sobre a importância da escola, ressaltamos ainda que foram elas que ficaram a frente tanto na estruturação da antiga escola que se localizava em um barracão de madeira da fazenda ocupada, quanto na mobilização à construção do prédio atual, onde se encontravam sempre a frente das ações no interior do assentamento em prol de uma educação de qualidade e que considerasse a realidade do sujeito do campo.

Percebemos que a educação enquanto meio de mudança social, assume uma importante função no processo de emancipação dos sujeitos. Assim, durante o firmamento da educação no assentamento João Batista II, ressalta-se o expressivo papel das mulheres nas mobilizações e organização à materialização da escola Roberto Remigi, revelando seu protagonismo nesta luta e em todas as lutas históricas do MST, em destaque a relacionada a educação. Cabe destacar que em meio a perdas de direitos duramente conquistados se faz necessário uma reorganização de pensamentos, onde a luta por ideias em benefício do coletivo prevaleçam, visto que há fortes ataques a democracia e a nossa liberdade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian; RUA, Maria das Graças. “**Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis?**” As relações de Gênero nos assentamentos rurais. Brasília, UNESCO, 2000.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias de Mulheres, Empoderamento e Ativismo Político. **Revista Gênero na Amazônia**, Belém, n. 4, jul./dez., 2013.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.2, p.77-93, mai/ago. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos feministas, Florianópolis. Pág. 205-227, jan/abr, 2004.
- BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia da terra**: formação de identidade e identidade em formação. Cadernos do ITERRA. RS. Ano II, nº 6, dez. 2002.
- CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli et al (Org.). **Por uma educação no campo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COUTINHO, Maria Lucia Costa. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 13-65.
- CRUZ, Carlos Renilton Freitas. **Trabalho e Educação no meio rural da Amazônia**: A família e a escola como agentes formadores. Tese de Doutorado, Sociologia da Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2010.

DEERE, Carmem Diana; LEÓN, Magdalena. O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas**. vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 200-220.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**, Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, Renata. **Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

KOLLING; Jorge Edgar et al. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 4.

LIEBSCHER, P. **Quantidade com qualidade? Ensino de métodos quantitativos e qualitativos em um programa de mestrado LIS**. Tendências da Biblioteca v. 46, n. 4, 1998, p. 668-680.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, Jan./Abr., 2008, p. 9-18.

MILES, Matthew B. **Qualitative data as an attractive nuisance**: the problem of analysis. *Administrative Science Quarterly*, v.24, n.4, Dec 1979, p. 590-601.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **“Chega de ser rabo e vamos ser cabeça”**: identificando entraves e estratégias de participação sociopolítica das mulheres rurais. Recife: Anais do 18º REDOR, 2014.

MST. **A Questão da Mulher no MST**. Coletivo Nacional de Mulheres. São Paulo, 1996.

MST. **Organicidade e o planejamento**: o funcionamento das brigadas no MST. Pará: setembro de 2005. (Cartilha de Estudo nº04).

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa** – características, uso e possibilidades. *Cadernos de pesquisa em administração*, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMMARTINO, W. **A integração do sistema de gestão de recursos humanos com as estratégias organizacionais**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTANA, Mídia Olivia Bentes. **O Processo Organizativo do MST através dos Núcleos de Base**: a experiência do Assentamento João Batista II Castanhal/PA. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Belém, 2013.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In:

FERRETTI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Projeto para Captação de Recursos. Dezembro/2014.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: Eliane T. Paulino e João E. Fabrini (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHWENDLER, Sonia F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: Fernandes, B.M, Medeiros, L.S. de & Paulilo, M.I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v. 2, São Paulo: UNESP, Brasília: NEAD: 2009, 203-221.

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências.** Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, departamento de sociologia, programa de pós-graduação em sociologia. Dissertação de mestrado. 2008.

STEDILE, João P. & FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. In: **Revista Estudos feministas.** Rio de Janeiro, 1994.

STRECK, Danilo R. **Uma pedagogia do movimento: Os movimentos sociais na obra de Paulo Freire.** Cuiabá: R. Educ. Públ. v. 18 n. 36, Jan/Abr. 2009. p. 165-177.

TARDIN, José Maria. Cultura Camponesa. In: _____. **Dicionário da Educação do Campo.** Org. Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 180 – 188.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST.** Ijuí, RS: Unijuí, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BARBA, Pan Montserrat (traduzido por Beth Ferreira). **O que é feminismo?** (2014). Disponível em: <http://feminismo.org.br/web/wp-content/uploads/2014/10/O-que-%C3%A9-feminismo_Montserrat-Barba-Pan.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017

BORDALO, Caroline Araujo. Camponesas e Trabalhadoras rurais: uma análise de duas tradições de participação e representação política. In: **Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 7., 2006, Quito. Disponível em: <www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Caroline%20Araujo%20Bordalo.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 60-81, Jan/Jun. 2003. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/a-escola-do-campo-em-movimento/view>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Político e Pedagógico da Educação do Campo.** Ano 2, nº 2. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_CALDART_RS.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

CAVALCANTI, E. “**A Queima dos Sutiãs**” - a fogueira que não aconteceu. (<http://anos60.wordpress.com/2008/04/07/aqueima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu>). Acesso em: 14 jun. 2017.

CHRISTO, Carlos Alberto. **Marcas de Baton**. Revista Caros Amigos, ano V, n. 54, set. 2001. Disponível em: <<http://pensocris.vilabol.uol.com.br/feminismo.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CRUZ, Carlos Renilton Freitas. A Centralidade do Trabalho na Prática Educativa da Família Camponesa. **Revista Maré**. 2015. Disponível em: <https://revistamare.files.wordpress.com/2015/03/artigo_renilton_revista_mare.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FERNANDES; Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. nº 24, Outubro de 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2016.

FETAESC. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/wp/noticias/a-historia-da-lider-sindical-brasileira-que-deu-origem-a-marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 03 agost. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MAIA, Cláudia. **Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequetinhonha**. 2004. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo6.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina, 2010.

PINTO, Célia Regina Jardim. “Feminismo, História e Poder”. **Rev. Social. Polít, Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SALES, Celicina. **Gênero e juventude rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente**. 2006. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. Disponível em: <www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Celicina_de_Maria_Veras_Sales_01.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SANTOS, Bruna dos, et al. **Um enfoque acerca da história e lutas do movimento de mulheres camponesas no município de Caetité-BA**. 2013. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2033.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SARTI, C. A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil:** o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA Chicago, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **As Mulheres da Via Campesina:** processos educativos e organizativos no Brasil e Chile. UFSC – Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4614.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SOUZA, Terezinha F. de; SILVA, Josué da C.; SOUZA, Sheila X. de. **A invisibilidade da mulher camponesa.** 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/>>. Acesso em: 06 Jan. 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación.** 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/191>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ANEXOS**ROTEIRO DE ENTREVISTA****DADOS PESSOAIS**

NOME: _____ IDADE: _____

PROFISSÃO: _____

1. Quanto tempo você mora no assentamento?
2. Você participa do MST?
3. Você participou da ocupação?
4. Como surgiu o assentamento?
5. Como foi o processo de ocupação?
6. Quais demandas do movimento?
7. Que relação o MST tem com a educação?
8. Qual a importância da educação na transformação social proposta pelo MST?
9. A mulher teve seu espaço na luta nas conquistas educacionais?
10. Qual a participação das mulheres nesta conquista?
11. Quais as formas de organização política da mulher no assentamento?
12. Quais as demandas específicas da mulher no assentamento?
13. Como se dá a atuação da mulher dentro do assentamento?
14. Como foi construída a escola no assentamento? Qual importância?
15. Qual a participação das mulheres na conquista da escola para a comunidade?
16. As mulheres desenvolvem algum projeto com relação a educação na comunidade?



Serviço Público Federal
 Universidade Federal do Pará
 Campus Universitário de Castanhal
 Faculdade de Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Estou realizando uma pesquisa de campo para subsidiar o meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, que tem como Título: **CAMPO EM MOVIMENTO: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS CONQUISTAS EDUCACIONAIS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA EM CASTANHAL-PA.** Este trabalho tem como objetivo analisar o protagonismo das mulheres nas conquistas educacionais do assentamento João Batista II. Para tanto, gostaria de contar com sua colaboração, respondendo a este roteiro de entrevista. Esclareço que sua participação é totalmente voluntária, podendo você desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa, e que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas em mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Eu _____ Declaro ter sido informado sobre todos os procedimentos da pesquisa de campo acima citados, da qual fui convidado (a) para participar e aceito contribuir voluntariamente com essa pesquisa. Por isso assino este termo de consentimento livre, que será assinado por mim e pelo pesquisador.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Data: ____/____/____